

## **NOTA INFORMATIVA:**

Esclarece-se que as deliberações tomadas na presente sessão constam de vários Boletins Municipais que se encontram junto.

- **1.º SUPLEMENTO AO BOLETIM MUNICIPAL N.º 627 – Deliberações**
- **1.º SUPLEMENTO AO BOLETIM MUNICIPAL N.º 630 – Deliberações**

B O L E T I M

# MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



1.º SUPLEMENTO AO BOLETIM MUNICIPAL N.º 627

## SUMÁRIO

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deliberações (Sessão de 21 de Fevereiro de 2006)  
pág. 528 (2)

## RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

#### Deliberações

Sessão de 21 de Fevereiro de 2006

- *Voto de Pesar n.º 4/AML/2006* - Subscrito pelo Grupo Municipal do PCP:

Voto de Pesar n.º 4/AML/2006

No dia 27 de Janeiro, faleceu em Lisboa o romancista e poeta Orlando da Costa.

Nasceu em Lourenço Marques, actual Maputo, Moçambique, em 1929. Veio para Lisboa em 1947, onde se licenciou em Ciências Histórico-Filosóficas pela Faculdade de Letras, publicando o seu primeiro livro, de poesia, em 1951.

Foi galardoado, em 1961, com o Prémio Ricardo Malheiros, e com o Prémio Complementar de Eça de Queiroz de Literatura, da Câmara Municipal de Lisboa, em 1994.

Orlando da Costa foi Vice-presidente da Associação Portuguesa de Escritores. Era membro do PCP desde 1954 e desenvolveu intensa actividade cultural e social em Lisboa e no País, antes e depois de 25 de Abril de 1974.

A Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião de 21 de Fevereiro de 2006, presta sentida homenagem ao Escritor Orlando da Costa, apresenta as mais sentidas condolências à sua família, guarda um minuto de silêncio em sua memória e recomenda à Câmara Municipal de Lisboa que o seu nome seja atribuído a uma artéria desta cidade que ele tão bem soube inscrever e projectar na sua obra literária.

(Aprovado por unanimidade.)

- *Voto de Pesar n.º 5/AML/2006* - Subscrito pelo Grupo Municipal do PCP:

Voto de Pesar n.º 5/AML/2006

Faleceu, no dia dois de Fevereiro, o Dr. José Salvado Sampaio, cidadão profundamente empenhado na causa pública, professor e pedagogo, sindicalista, investigador em Educação e Ensino.

Licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas, pela Universidade de Coimbra, foi professor do Ensino Secundário, exercendo sempre as suas funções com o maior empenho, granjeando a estima e apreciação por colegas e alunos.

Paralelamente a esta carreira foi também investigador, produzindo textos e obras de referência sobre o Sistema Educativo de que se salienta: «Portugal: A Educação em Números», «O Ensino Primário. 1911-1969» e «Gramática da Língua Portuguesa» (em parceria).

Igualmente marcante foi o seu contributo para a elaboração para a Lei de Bases do Sistema Educativo, num projecto apresentado pelo MDP, de que resultou um estudo intitulado «Posição dos Partidos Parlamentares perante a Lei de Bases do Sistema Educativo».

Foi investigador no Centro de Investigação Pedagógica da Fundação Calouste Gulbenkian, Director de Serviços da Direcção-Geral do Ensino Básico, na qual desempenhou um notável trabalho nas equipas de reestruturação de currículos e programas do Ensino Primário e das Escolas do Magistério.

Sindicalista convicto, foi fundador e dirigente do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa e da Federação Nacional dos Professores, membro do Conselho Nacional da CGTP-IN, Presidente do Instituto Irene Lisboa e membro do Conselho Nacional da Educação, em representação da CGTP.

Foi um dos fundadores da Associação Intervenção Democrática de que foi Vice-presidente.

Em todas estas frentes a sua actividade foi notável, ganhando o respeito de todos os que o ouviam ou com quem colaborava.

O seu trabalho e a sua vida são indissociáveis do combate travado pela democratização do Ensino e da Cultura e pelo progresso social, pelos valores da justiça social, da cidadania e da paz, sendo, por isso, um exemplo a seguir.

A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 21 de Fevereiro de 2006, delibera:

- 1 - Aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. José Salvado Sampaio;
- 2 - Apresentar as condolências à sua família;
- 3 - Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa a atribuição do seu nome a uma rua de Lisboa.

(Aprovado por unanimidade.)

- *Voto de Pesar n.º 6/AML/2006* - Subscrito pelos Deputados Municipais da AML:

Voto de Pesar n.º 6/AML/2006

A Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião de 21 de Fevereiro de 2006, presta sentida homenagem pelo falecimento do Dr. João António Morais Leitão, apresentando as condolências à sua família, aguarda um minuto de silêncio em sua memória e recomenda à Câmara Municipal de Lisboa a atribuição do seu nome a uma artéria da cidade.

(Aprovado por unanimidade.)

- *Moção n.º 13/AML/2006* - Subscrita pelo Grupo Municipal do PSD:

Moção n.º 13/AML/2006

Considerando a existência de diversas novas piscinas municipais em Lisboa, construídas no último Mandato Autárquico, com o propósito de alargar a oferta do parque desportivo municipal, bem como a fruição para os cidadãos em geral;

Considerando a valia e potencialidade de tais equipamentos, mas também a complexidade na sua gestão, designadamente a nível técnico-financeiro, matérias a que o actual Executivo se encontra atento e empenhado na sua resolução;

Considerando que para a gestão de tais equipamentos pode e deve ser encontrada uma larga plataforma de parceria entre instituições públicas, associativas e privadas, designadamente com Juntas de Freguesia, Estabelecimentos de Educação, Clubes Desportivos, Instituições de Solidariedade Social, Associações de Moradores, Estabelecimentos Hoteleiros, entre outras;

Considerando que a efectivação na utilização de tais, equipamentos traduz uma significativa melhoria na qualidade de vida dos lisboetas;

A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida a 21 de Fevereiro de 2006, delibera:

- Congratular-se com a construção das novas piscinas municipais em Lisboa, permitindo assim o alargamento do parque desportivo da cidade e, recomendar ao actual Executivo que acelere e reafirme os esforços já desenvolvidos na concretização efectiva de gestão das mesmas.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, PCP, Bloco de Esquerda, PEV e CDS/PP) e votos contra (PS).]

- *Moção n.º 14/AML/2006* - Subscrita pelo Grupo Municipal do PCP:

Moção n.º 14/AML/2006

Que fusão para as Escolas Secundárias D. João de Castro e Fonseca Benevides?

Considerando que o Director Regional de Educação de Lisboa, informou, em reuniões separadas, as Comunidades Educativas das Escolas D. João de Castro e Fonseca Benevides, que iriam ser forçadas a fundirem-se e que essa fusão que já estava decidida, seria a Escola D. João de Castro ser integrada na Escola Fonseca Benevides;

Considerando que a Escola D. João de Castro, concebida de raiz como unidade escolar, tem amplas instalações, com 31 salas de aula, 9 gabinetes especializados, um anfiteatro, uma sala de música, um posto médico, um bom centro de recursos educativos com Mediateca, um bom refeitório com urna cozinha bem equipada, uma sala com equipamento informático para as Tecnologias de informação e Comunicação, uma boa biblioteca, um museu e 4 laboratórios;

Considerando ainda que a Escola D. João de Castro possui grandes e bons espaços desportivos, tais como 1 ginásio coberto, 1 pavilhão gimnodesportivo, 3 campos de jogos e um campo polidesportivo ao ar livre;

Considerando ainda que a Escola D. João de Castro tem amplos espaços verdes e amplas zonas de recreio;

Considerando ainda que muito recentemente, o Estado gastou verbas muito avultadas na Escola D. João de Castro em obras e equipamentos;

Considerando que a Escola Fonseca Benevides não tem capacidade para suportar toda a população escolar, nem todo o programa curricular da Escola D. João de Castro, comprometendo desse modo a continuidade pedagógica de algumas turmas;

Considerando que a Escola Fonseca Benevides só tem um minúsculo ginásio, como instalações desportivas;

Considerando que a Escola Fonseca Benevides tem uma zona de recreio muito reduzida, o que obriga os alunos nos intervalos a virem para a rua, com todos os perigos que isso representa;

Considerando que a Escola D. João de Castro tem condições para comportar o programa curricular da Escola Fonseca Benevides;

Considerando ainda que a aprovação do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, veio remeter para o Conselho Municipal de Educação competências que eram da Administração Central;

A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 21 de Fevereiro de 2006, decide:

1 - Recomendar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa para que, com urgência, tome medidas no sentido de ser instalado e começar a funcionar o Conselho Municipal de Educação, para poder, deste modo, acompanhar todo este processo;

2 - Solicitar à Senhora Ministra da Educação para que seja reavaliado o processo de Fusão da Escola D. João de Castro com a Escola Fonseca Benevides, de forma a não pôr em causa os projectos educativos das duas escolas;

3 - Enviar esta Moção ao Senhor Primeiro-Ministro, à Senhora Ministra da Educação, a todos os Grupos Parlamentares, às duas escolas envolvidas e à Comunicação Social.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, PCP, Bloco de Esquerda, PEV e CDS/PP) e abstenções (PS).]

- *Moção n.º 15/AML/2006* - Subscrita pelo Grupo Municipal do PCP:

Moção n.º 15/AML/2006

Considerando que, em 1 de Março de 2005, na Assembleia Municipal de Lisboa, foi aprovada a Proposta n.º 36/2005, da Câmara Municipal de Lisboa, relativa à permuta dos terrenos do Parque Mayer, da BragaParques, S. A., com terrenos de Entrecampos - Feira Popular, do Município de Lisboa, com os votos favoráveis do PSD, PS, CDS/PP, PPM e BE e votos contra do PCP e do PEV;

Considerando que a votação na Proposta n.º 36/2005 foi condicionada por uma Moção aprovada pela AML que colocava quatro condições, sem as quais, não se poderia iniciar a execução da referida proposta;

Considerando que a Assembleia Municipal de Lisboa, constatando o não cumprimento da Moção condicionante, deliberou por maioria retirar toda a legitimidade política à permuta dos terrenos do Parque Mayer da BragaParques, S. A., com os terrenos de Entrecampos - Feira Popular;

Considerando que, em 2005, foi realizada pela CML uma Hasta Pública para venda dos restantes terrenos de Entrecampos/Feira Popular, em que a respectiva Comissão, nomeada pela Câmara Municipal de Lisboa e presidida por um alto responsável do Município, atribuiu o direito de preferência à BragaParques, S. A., entregando assim os terrenos a esta empresa, inicialmente classificada em 3.º lugar;

Considerando que a atribuição do direito de preferência à BragaParques, S. A., pela Comissão da Hasta Pública se baseou numa decisão da Assembleia Municipal de Lisboa que nunca existiu; que apenas existia uma carta da BragaParques, enviada ao então Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, em 18 de Fevereiro de 2005, motivada por uma referência, na sessão da CML em que a Proposta n.º 36/2005 foi discutida e votada, sobre a necessidade de confirmação da aceitação dos termos da proposta; que nem sequer a referência, nessa carta, a outra matéria, o direito de preferência, foi considerada pela CML, no sentido de um aditamento à Proposta n.º 36/2005, entretanto enviada à AML, e que teria de ser aprovado pela CML e depois apresentado à AML; que apenas foi recebida na AML uma fotocópia dessa carta, enviada pela CML, que não foi referida nem pelo Executivo da CML nem por qualquer deputado da AML na discussão da Proposta n.º 36/2005, por ser matéria que não fazia parte da proposta;

Considerando que o então Presidente da AML, consultada a Conferência de Representantes, em 20 de Julho de 2005, solicitou explicações ao então Senhor Presidente da CML sobre o conteúdo da 1.ª Acta da Comissão de Hasta Pública, em que «de forma abusiva, se infere que a Assembleia Municipal terá tomado em conta uma imposição da P. Mayer Investimentos, S. A., quanto ao exercício do direito de preferência por parte dessa empresa», afirmações que «acabaram por influenciar o processo» e «que não podem ser aceites pela Assembleia Municipal de Lisboa em sede de processo deliberativo sobre a matéria em apreço, por não corresponderem, em absoluto, à verdade»;

Considerando que, sobre a Proposta n.º 36/2005, de permuta de terrenos do Parque Mayer por terrenos de Entrecampos/Feira Popular e sobre o processo de Hasta Pública, o PCP apresentou ao Ministério Público e Tribunal Administrativo de Lisboa, em Junho de 2005, um pedido de análise e verificação da legalidade de ambos os processos, bem como apresentou na Polícia Judiciária de Lisboa um pedido de verificação acerca de eventual gestão danosa;

Considerando que, em Agosto de 2005, o então Presidente da AML, depois de ouvidas a Conferência de Representantes e a Câmara Municipal, solicitou ao Senhor Procurador-Geral da República, ao Senhor Presidente do Tribunal de Contas e à Inspeção Geral do Território, a análise do processo da Hasta Pública e, em especial, da afirmação contida na 1.ª Acta da Comissão;

O Grupo Municipal do PCP, na AML, vem propor que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião ordinária de 21 de Fevereiro de 2006, delibere:

- 1 - Que a Senhora Presidente da Mesa da AML proceda a iniciativas no sentido de se apurar, nos termos da lei, a situação dos procedimentos desencadeados pela AML;
- 2 - O Grupo Municipal do PCP na AML, face à necessidade de acompanhamento pela Assembleia Municipal dos processos do Parque Mayer, de Entrecampos/Feira Popular e das indemnizações aos Feirantes, propõe que a Comissão Permanente de Urbanismo e Mobilidade analise os elementos disponíveis, por forma a ajudar à resolução de todas estas questões, face a acontecimentos que são públicos, e proceda de molde a que tudo seja esclarecido, para defesa do bom nome da AML e do Município de Lisboa.

(Aprovada por unanimidade.)

- Moção n.º 16/AML/2006 - Subscrita pelo Grupo Municipal do PSD:

Moção n.º 16/AML/2006

No passado dia 11 de Fevereiro, foi publicado no jornal «Diário de Notícias», um artigo no qual o Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local se pronunciou sobre a extinção e fusão de Freguesias, tendo afirmado, relativamente às Freguesias o seguinte:

«Não faz sentido uma unidade administrativa servir só para passar atestados e certidões»

Considerando esta afirmação grave e atentatória para com todos os autarcas do país, os quais têm desenvolvido um trabalho meritório a vários níveis, desde o social ao cultural; vem esta Assembleia Municipal, reunida em 21 de Fevereiro de 2006, deliberar o seguinte:

- 1 - Solicitar ao Ex.º Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local um esclarecimento sobre a citada afirmação;
- 2 - Dar conhecimento desta Moção a todas as Juntas de Freguesia da cidade de Lisboa, ao Ex.º Senhor Presidente da Associação Nacional de Freguesias, ao Ex.º Senhor Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, e ainda ao Ex.º Senhor Primeiro-Ministro.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, PCP, Bloco de Esquerda, PEV e CDS/PP), votos contra (PS) e abstenções (3 Bloco de Esquerda).]

- *Moção n.º 17/AML/2006* - Subscrita pelo Grupo Municipal do PSD:

Moção N.º 17/AML/2006

O actual Serviço Nacional de Saúde constitui inequivocamente uma das grandes conquistas dos portugueses. A existência do SNS tem permitido melhorar significativamente o nível dos cuidados de saúde prestados em Portugal com resultados bem visíveis e consubstanciado por francas melhorias ao nível dos diferentes indicadores de saúde.

Tal facto não nos impede, no entanto, de constatar que o actual sistema de financiamento do SNS apresenta um modelo esgotado e a necessitar de uma terapêutica urgente e profunda.

O actual quadro social, político e económico é significativamente diferente daquele que existia aquando da criação do SNS.

A mudança do actual quadro de financiamento do SNS é pois imperativo e urgente, não podendo ser mais adiada a sua discussão.

Tal facto não é no entanto compatível com as recentes declarações do Sr. Ministro da Saúde no 1.º Seminário sobre o Financiamento Hospitalar que decorreu em Vilamoura há alguns dias.

Não é compreensível que o Sr. Ministro da Saúde considere que a solução do financiamento do SNS dependa do pagamento dos cuidados de saúde por parte dos doentes.

Não é compreensível que o mesmo Ministro que ao mesmo tempo que anuncia a criação de um grupo de trabalho para estudar e equacionar soluções para um novo modelo de financiamento opte por anunciar desde logo as medidas a preconizar.

Não é compreensível a assumpção de medidas cujo único objectivo é o da simples redução da procura sem que nada seja feito no sentido de melhorar o sistema.

Reafirmamos a nossa posição de que o SNS deve ser tendencialmente gratuito tal como se afirma na Constituição Portuguesa; tal facto não pode implicar, no entanto, que seja acatado aos portugueses o pagamento de uma factura que não deriva somente da evolução dos cuidados prestados mas essencialmente de erros sucessivos de gestão e de falta de coragem de inverter tendências e corrigir incongruências várias. O facto de os portugueses serem co-responsáveis pela sua saúde não pode implicar que sejam considerados como principais financiadores do sistema.

A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida a 21 de Fevereiro de 2006, delibera:

- 1 - Reafirmar o carácter tendencialmente gratuito do SNS tal como inscrito na Constituição da República Portuguesa;
- 2 - Reafirmar a necessidade de se promover um amplo debate nacional sobre a questão do financiamento do SNS;
- 3 - Apelar a todos os Partidos no sentido de se encontrar uma solução de compromisso que permita estabelecer um modelo de financiamento que vigore independentemente dos ciclos políticos;

- 4 - Não aceitar medidas avulsas que em nada resolvem o problema do financiamento do SNS mas tão-só levam a aumentar a precariedade dos cuidados de saúde prestados;
- 5 - Não aceitar que sejam os doentes a pagar uma factura derivada de opções políticas erradas e sobre as quais não têm qualquer responsabilidade;
- 6 - Dar conhecimento da presente Deliberação ao Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-ministro e ao Sr. Ministro da Saúde.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, PCP, Bloco de Esquerda, PEV e CDS/PP) e votos contra (PS).]

- *Moção n.º 18/AML/2006* - Subscrita pelo Grupo Municipal do PSD:

Moção n.º 18/AML/2006

Considerando a importância crescente que a denominada «Gripe das Aves» tem vindo a assumir em todo o Mundo;

Considerando a progressão geográfica da mesma doença em direcção à Europa, tendo mesmo já sido detectado um caso em França e existindo suspeitas de 1 caso a 20 km de Madrid na nossa vizinha Espanha;

Considerando a necessidade de evitar um clima de psicose colectiva que já levou a morte de 3 cidadãos italianos;

Considerando as recentes declarações da Directora do Centro Europeu de Prevenção e Controlo de Doenças no sentido de afirmar que dos 25 países membros da União Europeia somente 6 têm planos de contingência adequados;

Considerando as responsabilidades próprias da CML e das que derivam da articulação da mesma com os Ministérios da Saúde e da Agricultura no acompanhamento deste grave problema de saúde pública;

A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida a 21 de Fevereiro de 2006, delibera solicitar à Câmara Municipal de Lisboa que a informe das medidas já tomadas e das que se encontram previstas no sentido de minorar o impacto da eventual existência de casos de «Gripe das Aves» na cidade de Lisboa.

(Aprovada por unanimidade.)

- *Moção n.º 19/AML/2006* - Subscrita pelo Deputado Municipal - Victor Pereira Gonçalves:

Moção n.º 19/AML/2006

O Mundo tem vindo a assistir atónito a uma escalada de ódio e violência por parte de extremistas religiosos que reclamam a sua ofensa pela publicação de caricaturas do Profeta Maomé por um Jornal Dinamarquês.

O direito ao protesto e à indignação por qualquer acto considerado provocatório ou ofensivo perde sentido quando o protesto ultrapassa os limites da ordem pública e se torna violento e aterrorizador, transportando-o para limites incomensuravelmente superiores à ofensa que reclamam.

Portugal é um dos países mais pacíficos e tolerantes do Mundo tendo como matriz civilizacional a Democracia, paradigma de Liberdade e da Responsabilidade.

A Liberdade de Expressão é indissociável da responsabilidade e toda a ofensa pessoal, cultural ou religiosa pode ser dirimida através do recurso aos Tribunais.

A violência e o terror são factores de maior violência e mais terror propagando-se como mancha de óleo em todos os meios onde os extremismos proliferam.

Os Governos Democráticos e os seus cidadãos não podem ser punidos por serem democráticos e defenderem a liberdade de expressão, sofrendo ataques e represálias contra a propriedade e as pessoas numa escala que tem chocado todo o Mundo.

A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 2006/02/21, apresenta a sua solidariedade a todos os Governos dos Países Ocidentais que foram alvo de manifestações violentas, nomeadamente a Dinamarca e reconhecendo e respeitando os valores religiosos e culturais das comunidades muçulmanas que se sentiram ofendidos por aquelas caricaturas, apela aos líderes muçulmanos, religiosos e políticos que tudo façam para não transformar os protestos em violência e terror, de forma que o convívio pacífico entre religiões e culturas seja uma realidade à escala planetária.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PPD/PSD e CDS/PP), votos contra (PS e Bloco de Esquerda) e abstenções (PCP e PEV).]

- *Moção n.º 20/AML/2006* - Subscrita pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda:

Moção n.º 20/AML/2006

1 - Considerando que a Escola Secundária D. João de Castro, no Alto de Santo Amaro, constitui um dos mais antigos liceus da cidade de Lisboa, com uma área coberta de 2800 m<sup>2</sup> e 25 100 m<sup>2</sup> de área exterior ocupada com campos de jogos e que serve também para recreio dos alunos;

2 - Considerando que a Escola Secundária D. João de Castro se apresenta como uma das escolas com melhores condições em toda a cidade de Lisboa;

3 - Considerando que não se compreende assim que se proceda ao encerramento de uma escola construída de raiz, com boas condições ao nível de equipamentos (laboratórios, centro de recursos) e diversos espaços polidesportivos, nomeadamente quando a cidade de Lisboa carece de equipamentos educativos com reais condições para os alunos;

4 - Considerando que desde que foi tomada a decisão de fechar a escola, a comunidade educativa da escola, constituída por professores, alunos e associação de pais, não foi ouvida;

5 - Considerando o permanente protesto de toda a comunidade educativa, professores, pais e alunos, contra o encerramento da referida escola;

6 - Considerando a oposição a tal encerramento por parte da Junta de Freguesia, manifestada diversas vezes pela voz do seu Presidente, e da população da zona em geral;

7 - Considerando que a Assembleia Municipal de Lisboa já se manifestou contra tal encerramento em Moção aprovada a 15 de Junho de 2004, onde se afirmou: «Repudiar qualquer tentativa por parte da Direcção Regional de Educação de Lisboa (DREL) de iniciar um processo que conduza ao esvaziamento e natural encerramento posterior da Escola Secundária D. João de Castro»;

8 - Considerando as notícias vindas a público que indiciam que por detrás do encerramento desta histórica escola poderão estar interesses imobiliários poderosos;

9 - Considerando a classificação no Plano Director Municipal da área ocupada pela Escola Secundária D. João de Castro como «Área de Equipamentos e Serviços Públicos»;

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião ordinária de 21 de Fevereiro de 2006, decida:

1 - Repudiar o anunciado encerramento da Escola Secundária D. João de Castro;

2 - Reclamar junto do Ministério da Educação a necessidade de qualquer reordenamento da Rede Escolar na cidade de Lisboa ser realizado com a comunidade educativa, através do diálogo com o Município de Lisboa, num processo de total transparência;

3 - Reclamar junto do Ministério da Educação a suspensão imediata do anunciado encerramento até todas as partes interessadas no assunto poderem dialogar sobre o reordenamento da Rede Escolar na cidade de Lisboa, nomeadamente a comunidade educativa e o Município de Lisboa;

4 - Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que em caso algum os terrenos actualmente pertencentes à Escola Secundária D. João de Castro possam ter outro uso que não o de «Área de Equipamentos e Serviços Públicos»;

5 - Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa o Plano de Pormenor para a área onde a Escola Secundária D. João de Castro se localiza;

6 - Enviar esta Moção à Associação de Pais, Conselhos Directivo e Pedagógico da Escola Secundária D. João de Castro e às Assembleias e Juntas de Freguesia de Alcântara e da Ajuda.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, PCP, Bloco de Esquerda, CDS/PP e PEV) e votos contra (PS).]

- *Moção n.º 21/AML/2006* - Subscrita pelo Deputado Municipal do PS - Miguel Coelho e pela Presidente da Junta de Freguesia da Charneca - Maria da Graça Ferreira:

Moção n.º 21/AML/2006

## Higiene Urbana

Considerando que em vários locais da cidade nos deparamos com um estado de higiene muito deficitária, evidenciando papéis pelo chão, plásticos e outros objectos, com particular

destaque para a proximidade dos Ecopontos e Contentores, propõe-se que sejam tomadas medidas diversificadas no sentido de fazer de Lisboa uma cidade limpa, designadamente:

- 3 - Maior frequência na recolha do lixo;
- 4 - Lavagem mais frequente dos recipientes do lixo;
- 5 - Campanhas de esclarecimento e incentivo às populações, mais próximas das suas áreas de residência;
- 6 - Verificação, no local, dos comportamentos anómalos da população e introdução, gradual, de medidas responsabilizantes;
- 7 - Desratização frequente de locais como lixeiras, casas abandonadas e outras;
- 8 - Lavagem das ruas;
- 9 - Devastação de canaviais e ervas daninhas;
- 10 - Limpeza de lagos artificiais, propícios à criação de insectos;
- 11 - Colocação de sanitários para canídeos em pontos estratégicos;
- 12 - Gestão da natalidade de animais vadios.

[Aprovada Ponto por Ponto: *Pontos 3 a 12*: Aprovados por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, PS, PCP, Bloco de Esquerda, CDS/PP e PEV) e abstenção (1 PPD/PSD).]

- *Moção n.º 22/AML/2006* - Subscrita pelo Deputado Municipal do PS - Miguel Coelho e pela Deputada Municipal - Sofia Dias:

Moção n.º 22/AML/2006

#### Moção sobre o Bairro Horizonte

No âmbito da 2.ª Fase do Plano de Urbanização do Vale de Chelas, o espaço actualmente ocupado pelo Bairro Horizonte, Freguesia de S. João, será alvo de novas construções, pelo que se colocam legítimas preocupações quanto ao futuro dos seus habitantes.

Paralelamente, não estão ainda esclarecidas as questões relativas ao direito de propriedade sobre os imóveis e a situação dos cooperantes/moradores face à cooperativa de habitação constituída em 1975.

Toda esta indefinição jurídica e o atraso no avanço das obras tem relegado para o esquecimento estes cidadãos de Lisboa e o sítio onde moram, pelo que os acessos ao bairro estão degradados, o fornecimento de electricidade é feito em condições perigosas, a iluminação pública é deficiente e não há placas de sinalização do Bairro Horizonte, pelo que os serviços de emergência médica, polícia e correio têm dificuldade em aceder ao local.

Assim sendo, é imperioso que a Câmara Municipal de Lisboa:

- 1 - Desenvolva todos os esforços conducentes à efectivação do direito à habitação, criando condições para que os moradores/cooperadores do Bairro Horizonte venham a ser legítimos proprietários das fracções independentemente dos valores em dívida a saldar;
- 2 - Recupere o espaço público do Bairro, nomeadamente que faça arranjos de manutenção nos arruamentos, nos taludes e nos passeios;

- 3 - Coloque sinalética indicativa do Bairro;
- 4 - Instale a EDP a repor em segurança as caixas de electricidade.

(Aprovada Ponto por Ponto: *Pontos 1, 2, 3 e 4*: Aprovados por unanimidade.)

- *Moção n.º 23/AML/2006* - Subscrita pelo Deputado Municipal do PS - Miguel Coelho:

Moção n.º 23/AML/2006

#### Reforma Administrativa

Considerando que recentemente vieram a público declarações de membros do Governo da República que manifestavam o propósito de se promover uma profunda Reforma Administrativa que visando a modernização do território com o objectivo de se prestar um melhor serviço aos cidadãos;

Considerando que segundo as informações surgidas na comunicação social, parte dessa reforma incidia, de um modo muito particular, sobre a organização do poder local;

Considerando que também segundo as informações conhecidas seria implementado um processo de fusão e criação de freguesias, com particular incidência nas áreas metropolitanas;

Considerando que, não obstante o já conhecido na comunicação social, ainda não foi apresentado oficialmente nenhum projecto com tal desiderato;

Considerando por fim, que nesta Assembleia Municipal se reconhece há mais de 20 anos de exercício democrático, a necessidade de se implementar em Lisboa uma profunda Reforma Administrativa, como o atesta o facto de também há sucessivos mandatos - que atravessaram as diversas orientações políticas mandatadas eleitoralmente para governar - existir, no âmbito desta Assembleia, uma Comissão especialmente vocacionada para esta questão, comissão essa que, por exemplo, chegou a discutir uma proposta muito concreta do grupo municipal do PSD;

A Assembleia Municipal de Lisboa delibera:

- 1.º - Saudar o propósito do Governo em promover uma reforma pela qual todas as forças políticas vinham reclamando há mais de duas décadas;
- 2.º - Manifestar o seu entendimento que esta reforma deverá ser implementada em diálogo com os autarcas eleitos, nomeadamente os desta Assembleia e os eleitos nas Juntas de Freguesia;
- 3.º - Manifestar ao Governo a sua convicção de que só será possível promover uma profunda reforma administrativa através de um amplo consenso nacional e que a mesma, não poderá ser entendida como uma mera operação redutora, de diminuição de Juntas de Freguesia, uma vez que se em alguns casos se justificará a sua fusão, noutros poderá justificar-se a necessidade de se criarem novas Juntas de Freguesia ou Associações de Freguesias;

4.º - Salientar a importância que deverá ter neste processo a Comissão da Assembleia Municipal para a Reforma Administrativa da cidade de Lisboa;

5.º - Realçar a importância das Juntas de Freguesia, local de aproximação em primeira linha do cidadão eleitor com os seus eleitos e que, hoje em dia, as suas competências - fruto das políticas de descentralização - são cada vez mais responsabilizantes em áreas como as da intervenção social, de prevenção da toxicodependência, da qualidade do espaço público, da segurança, da conservação de edifícios e apoio específico às camadas mais desprotegidas da população.

[Aprovada Ponto por Ponto: *Ponto 1*: Aprovado por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, PS e 1 Bloco de Esquerda), votos contra (PCP, PEV e 1 PPD/PSD) e abstenções (4 Bloco de Esquerda, CDS/PP e 1 PS); *Ponto 2*: Aprovado por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, PCP, Bloco de Esquerda, CDS/PP e PEV) e abstenções (PS); e *Pontos 3, 4 e 5*: Aprovados por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, PS, PCP, Bloco de Esquerda, CDS/PP e PEV) e abstenções (1 PPD/PSD, 1 PS e 1 Bloco de Esquerda).]

- *Moção n.º 24/AML/2006* - Subscrita pelo Deputado Municipal do PS - Miguel Coelho:

Moção n.º 24/AML/2006

Escola D. João de Castro

Considerando que tem sido colocado na opinião pública a eventual decisão do Governo em fechar a Escola Secundária D. João de Castro, fundindo-a com a Escola Secundária Fonseca Benevides, a qual se manteria em funções;

Considerando ser pública e notória que a Escola D. João de Castro reúne condições superiores, quer logísticas, quer ambientais, quer pedagógicas, às da Escola Fonseca Benevides;

Considerando ainda não ser conhecida publicamente a proposta do Governo para uma Rede Escolar do Ensino Secundário na cidade de Lisboa;

Considerando, por fim, que o Governo, através da Sr.ª Ministra da Educação, ainda não fez qualquer declaração no sentido de concretizar o eventual encerramento da Escola D. João de Castro;

O Grupo Municipal do Partido Socialista vem propor que esta Assembleia Municipal delibere:

1 - Solicitar à Sr.ª Ministra da Educação que informe esta Assembleia sobre a implementação da Rede Escolar para a cidade de Lisboa;

2 - Que informe se é intenção do Ministério encerrar a Escola D. João de Castro, e se sim, com que fundamentos.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, PS, PCP, CDS/PP, PEV e 2 Bloco de Esquerda) e abstenções (3 Bloco de Esquerda).]

- *Moção n.º 25/AML/2006* - Subscrita pelo Grupo Municipal do CDS/PP:

Moção n.º 25/AML/2006

Contra a desmedida violência das reacções de radicais islâmicos à publicação de *cartoons* em vários jornais europeus

Em Setembro de 2005, o jornal dinamarquês Jyllands-Posten publicou uma dúzia de *cartoons* que caricaturavam o profeta Maomé. Estes desenhos foram considerados ofensivos por muitos muçulmanos em todo o Mundo.

Volvidos cinco meses sobre esta opção editorial questionável, grupos islâmicos apelam ao boicote de produtos dinamarqueses, a esmagadora maioria dos parlamentares iranianos ameaçaram decretar uma *fatwa* contra os autores da blasfémia e assistimos a uma escalada de intolerância e de violência sem precedentes contra países europeus, em particular contra a Dinamarca.

Apesar do desrespeito pela sua sensibilidade religiosa, a maior parte dos crentes muçulmanos manifesta-se de forma pacífica, mas a manipulação política por parte de forças extremistas islâmicas é inquestionável e tem mobilizado milhares de fanáticos para uma inaceitável desproporção das formas de protesto.

Cidadãos europeus são ameaçados de morte; comerciantes são proibidos de comercializar produtos dinamarqueses sob pena de represálias; a representação da União Europeia em Gaza é invadida por grupos armados; a integridade física de cidadãos europeus está claramente em risco e alguns Governos vêem-se obrigados a evacuar os seus compatriotas; igrejas e edifícios cristãos, bem como casas e centros culturais dos países que reproduziram os *cartoons* são apedrejados e destruídos; um padre católico italiano é assassinado na Turquia; um diplomata alemão é raptado na Palestina; as representações diplomáticas de vários países europeus são vandalizadas, saqueadas e incendiadas; bandeiras e outros símbolos nacionais de países europeus são queimados e espezinhados; centenas de pessoas foram feridas no meio destes tumultos e várias já morreram.

Os pedidos de desculpa formais do jornal Jyllands-Posten, os esclarecimentos do Primeiro-ministro da Dinamarca, os apelos ao respeito e responsabilidade por parte do Secretário-geral da ONU e as tentativas de apaziguamento por inúmeros Chefes de Estado e de Governo ocidentais também não foram suficientes para acalmar a ira e a violência.

As democracias ocidentais, de que a Dinamarca é um exemplo consistente, assentam em pilares fundamentais entre os quais o respeito pela vida humana, a liberdade de pensamento e de expressão como elementos indissociáveis das liberdades individuais, a separação entre os poderes públicos e iniciativa privada e a separação entre Estado e Igreja. Estes valores são actualmente remotos para muitas sociedades influenciadas por fanáticos extremistas.

Ora, estes pilares são tão vulneráveis quanto estruturantes da nossa civilização, pelo que têm que ser devidamente preservados e a sua defesa não pode ser envergonhada.

Quanto maior a liberdade de expressão, mais esta deve ser usada com responsabilidade e ponderação, mas a opinião pública tem um inalienável direito ao protesto. Ou seja, as democracias tanto valorizam a liberdade de expressão como o direito ao protesto e à contestação. Mas se há limites ao direito de cada um se exprimir, também há limites para as formas de protesto, na medida em que estas têm inquestionavelmente que decorrer de forma pacífica.

Por isso mesmo, o mundo livre e suas instituições não podem fazer uma defesa complexada ou menorizada do seu modo de vida.

Em democracia, o Governo não interfere, nem sanciona a liberdade de expressão, pelo que as opiniões dos jornais não reflectem as posições do Estado. Assim como as manifestações fundamentalistas não representam todo o Islão, as posições individuais na imprensa dinamarquesa não representam toda a comunidade europeia. Este aspecto essencial da democracia e da nossa civilização não pode ser ameaçada pelos agitadores fundamentalistas.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Lisboa aprova um voto de protesto condenando veementemente o risco para a integridade e para a vida humana que estas manifestações de intolerância têm provocado. De igual modo, a Assembleia Municipal de Lisboa repudia e protesta contra a violência dos assaltos a representações diplomáticas europeias.

Será, dado conhecimento deste Voto de Protesto à Embaixada Dinamarquesa e às representações diplomáticas dos países membros da União Europeia.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, CDS/PP e 1 Bloco de Esquerda), votos contra (PS e Bloco de Esquerda) e abstenções (PCP e PEV).]

- *Recomendação n.º 5/AML/2006* - Subscrita pelo Grupo Municipal do PEV:

Recomendação n.º 5/AML/2006

Recomendação sobre o «Parque dos Príncipes»

Em Fevereiro de 2005, um grupo de moradores do Parque dos Príncipes, situado em Telheiras, elaborou um dossier textual e fotográfico sobre os espaços verdes e outros temas ambientais, o qual tem vindo a circular entre os residentes da zona.

No passado dia 20 de Dezembro, uma representante desses moradores procedeu, nesta Assembleia Municipal, à apresentação oral dessa exposição, entregando cópias do citado dossier a todos os Agrupamentos Municipais nela representados, acompanhado das fotografias e de algumas assinaturas entretanto recolhidas nos Condomínios do Bairro.

Logo passados sete dias, a Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal informou por carta os moradores que tinha feito a entrega da exposição ao Sr. Presidente da Câmara. Os moradores sempre têm manifestado a sua disponibilidade para abordar em conjunto com os Órgãos dos diversos Departamentos Autárquicos as soluções mais viáveis para todo o impasse urbanístico do Parque dos Príncipes, pelo

que continuam a alertar que gostariam de ser informados sobre o plano ou os planos de intervenção e os respectivos «timings» faseados de intervenção previstos para a sua execução.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista «Os Verdes», recomendar a Câmara Municipal de Lisboa que:

- Dê continuidade ao encaminhamento do processo efectuado pela Sr.ª Presidente desta Assembleia;
- Analise soluções para os problemas inventariados e listados na exposição dos moradores do Parque dos Príncipes;
- Elabore um projecto integrado de recuperação dos espaços expectantes que inclua zonas verdes, equipamentos lúdicos e medidas de acessibilidade e segurança adequados ao local;
- Apresente e atempadamente dialogue com os representantes dos moradores sobre o plano a implementar.

(Aprovada por unanimidade.)

- *Recomendação n.º 6/AML/2006* - Subscrita pelo Grupo Municipal do PEV:

Recomendação n.º 6/AML/2006

Recomendação sobre «Barreiras sonoras»

O Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de Novembro, tendo em vista a salvaguarda da saúde e o bem-estar das populações, tem por objecto a prevenção do ruído e o controlo da poluição sonora, determinando que, na execução da política de ordenamento do território e urbanismo, deva ser assegurada a qualidade do ambiente sonoro, na habitação, trabalho e lazer.

Neste contexto, os moradores nas proximidades das Avenidas Padre Cruz, General Norton de Matos e Eixo Norte-Sul tem, quer a título individual, quer através de Associações Locais, alertado os Órgãos competentes para o problema da poluição do ar, sonora e visual que, arrastando-se há vários anos, se vem diariamente agravando.

Nessas vias, os vários tipos de poluição encontram-se muito acima do legal e sanitariamente aceitável, como demonstram as medições que constam do mapa de ruído ou o lixo abandonado que constitui focos de infestação, interferindo na qualidade de vida dos moradores. A pontual existência de pequenas zonas verdes marginais não é justificação para a não existência de barreiras de protecção complementares que protejam zonas habitacionais a uma distância inferior a 20 metros desses eixos.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista «Os Verdes», recomendar a Câmara Municipal de Lisboa que:

- Elabore e divulgue um projecto que conduza à eliminação dos impactos sonoros nos referidos troços que forem da sua competência, por meio de «barreiras sonoras» que incluam filas de árvores, vegetação arbórea e painéis absorventes do ruído;

- Sensibilize outras entidades, como a Estradas de Portugal, EPE, para a solução dos impactos acústicos do Eixo Norte/Sul, que preveja a introdução de barreiras acústicas, a aplicação de pavimento betuminoso flexível com reciclado de borracha e a implementação de radares de controlo de velocidade para 90 km/h.

(Aprovada por unanimidade.)

- *Recomendação n.º 7/AML/2006* - Subscrita pelo Grupo Municipal do PEV:

Recomendação n.º 7/AML/2006

Recomendação sobre a «Zona Histórica da Ameixoeira»

O Decreto n.º 17/92, de 11 de Março, definindo as freguesias da Ameixoeira e Lumiar como «zonas de interesse histórico» que «importa preservar», declarou-as como áreas críticas de «recuperação e reconversão urbanística» devido a «insuficiência de infra-estruturas urbanísticas, equipamentos de utilização colectiva, áreas livres e espaços verdes». Já então o diploma alertava para que fossem «tomadas medidas tendentes a evitar que a degradação daquele património» não assumisse «consequências irreversíveis», indicando competências a Câmara Municipal de Lisboa na promoção de acções de recuperação e reconversão urbanística dos núcleos históricos.

Essa intenção foi transposta para o Plano Director Municipal de 1994, com o intuito de se incluir a preservação de um valioso património histórico e cultural inserido num corredor verde de quintas e palacetes ao longo do Parque Periférico e das áreas históricas das «quintas envolventes de Carnide, Lumiar, Charneca, Ameixoeira, Chelas, São Domingos de Benfica e Calhariz de Benfica».

Tendo em conta esses objectivos programáticos, foi constituída em 2004 uma «Associação de Estudos e Defesa do Património Histórico-Cultural da Freguesia da Ameixoeira», que tem por objectivos prioritários «a salvaguarda, o estudo, a recuperação e valorização do património natural e construído existente na freguesia». Esta Associação tem vindo, porém, a alertar que, perante o avanço de novas urbanizações e eixos viários, se tem vindo a assistir à progressiva alteração da classificação de quintas históricas a preservar para áreas passíveis de estudo de urbanização, na zona tida como de protecção e salvaguarda do Núcleo Histórico da Ameixoeira.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista «Os Verdes», recomendar a Câmara Municipal de Lisboa que:

- Elabore um plano de reconversão e reabilitação urbanística da zona histórica da Freguesia da Ameixoeira que contemple a valorização e recuperação do património urbanístico existente, preservando no seu Núcleo Antigo as quintas, jardins eazinhas;

- Promova a instalação de barreiras arquitectónicas que resguardecam o património histórico e cultural da Freguesia do avanço das novas urbanizações e vias circundantes;  
- Elabore um projecto integrado de reabilitação, beneficiação e manutenção dos espaços verdes e lúdicos do Parque de Santa Clara, devolvendo-o ao usufruto e lazer da população;  
- Dialogue com os Órgãos Autárquicos Locais e a referida Associação de Estudos e Defesa do Património Histórico-Cultural da Freguesia da Ameixoeira sobre os estudos a projectar e os programas a implementar.

(Aprovada por unanimidade.)

- *Recomendação n.º 8/AML/2006* - Subscrita pelo Grupo Municipal do CDS/PP:

Recomendação n.º 8/AML/2006

Veio o Governo lançar recentemente a questão da reorganização administrativa do País em geral e das freguesias em particular.

O CDS/PP não contesta a premência de reformas nesta área, veja-se o que foi afirmando no anterior mandato desta Assembleia no âmbito da Comissão correspondente, mas não pode afastar alguma preocupação com o método que, aparentemente, o Governo privilegia para atingir uma nova Organização Autárquica.

De facto, o anúncio na comunicação social de ideias desgarradas e a ausência de qualquer plano de trabalho conjunto com as autarquias, e as Assembleias Municipais em particular, não auguram nada de bom.

É nosso entendimento que mais que estabelecer limites para o número de habitantes de cada freguesia ou quaisquer outras limitações «matemáticas» é crucial encontrar o modelo de gestão autárquica com a definição de meios e competências que garantam a eficiência no uso dos recursos públicos mas no respeito pela diferença das comunidades envolvidas no processo.

Assim, vem o CDS/PP propor que a Assembleia Municipal de Lisboa recomende que:

- 1 - O Governo promova a consulta às Associações representativas das Autarquias, ANMP e ANAFRE e a audição das Assembleias Municipais, e em particular a Assembleia Municipal de Lisboa;
- 2 - A Câmara Municipal de Lisboa promova um debate alargado envolvendo as Autarquias do Concelho;
- 3 - A Comissão Permanente para a Divisão Administrativa da Cidade seja a interlocutora privilegiada do debate, capitalizando desta forma o trabalho já desenvolvido nos mandatos anteriores.

[Aprovada Ponto por Ponto: *Ponto 1*: Aprovado por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, PCP, CDS/PP e Bloco de Esquerda) e votos contra (PS); e *Pontos 2 e 3*: Aprovados por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, PCP, CDS/PP, PEV e Bloco de Esquerda) e abstenções (PS).]

- *Recomendação n.º 9/AML/2006* - Subscrita pelos Deputados Municipais:

Recomendação n.º 9/AML/2006

Considerando a existência de um documento intitulado «Visão Estratégica Lisboa 2012»;

Considerando que esse documento define objectivos e linhas de actuação para a cidade nos próximos anos;

Considerando que é essencial o conhecimento deste documento por parte desta Assembleia;

A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida a 21 de Fevereiro de 2006, recomenda à Câmara Municipal de Lisboa o envio do citado documento a esta Assembleia para conhecimento e análise.

(Aprovada por unanimidade.)

- *Deliberação n.º 8/AM/2006* (Deliberação n.º 38/CM/2006):

Proposta n.º 38/06

Grandes Opções do Plano para o Quadriénio 2006/09 e Orçamento do Município de Lisboa para o ano de 2006

Considerando que é competência da Câmara Municipal a elaboração das propostas das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para o Município, de acordo com alínea c) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro,

na redacção introduzida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e ainda do disposto no parágrafo 1 do ponto 2.3 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL);

Tenho a honra de propor que a Câmara delibere:

- Aprovar submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Lisboa, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, as Grandes Opções do Plano para o Quadriénio de 2006-2009 e o Orçamento para 2006.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PPD/PSD), votos contra (PCP, Bloco de Esquerda e PEV) e abstenções (PS e CDS/PP).]

*Notas:*

1 - As Grandes Opções do Plano para o Quadriénio de 2006-2009 e o Orçamento do Município de Lisboa para o ano de 2006, podem ser consultados nos seguintes locais:

- Departamento de Apoio aos Órgãos do Município (Rua do Ouro, 49, 4.º - 1100-060 Lisboa);
- Centro de Documentação do Edifício Municipal Central (Campo Grande);
- Biblioteca Municipal Central (Palácio Galveias).

2 - A Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais vai ser publicada em forma de Edital.

## **PUBLICAÇÕES** na **Toponímia de Lisboa**



### **Engenheiros na Toponímia de Lisboa**

Joaquim Moura Esteves  
Comissão Municipal  
de Toponímia, 1997

### **a Mulher na Toponímia de Lisboa**

Luís da Silveira Botelho  
Comissão Municipal  
de Toponímia, 1998

### **os Actores na Toponímia de Lisboa**

Mário Jacques e Silva Heitor  
Comissão Municipal  
de Toponímia, 2001

### **À venda na Livraria Municipal**

Av. da República n.º 21-A – 1050-185 Lisboa

Telef. 21 353 05 22 Fax 21 315 94 69

Horário: Dias úteis, das 9h às 18h Sábados, das 10h às 13h

*Publica-se às 5.<sup>as</sup>-feiras*

**ISSN: 0873-0296 Depósito Legal n.º 76 213/94 Tiragem 800**

**Assinatura Semestral: € 57,04 Assinatura Anual: € 114,08**

**Composto e Impresso na Imprensa Municipal**

*Toda a correspondência relativa ao Boletim Municipal deve ser dirigida à CML - Divisão de Imprensa Municipal  
Estrada de Chelas, 101 – 1900-150 Lisboa Telef. 21 816 14 20 Fax 21 812 00 36 E-mail: imprensa.municipal@cm-lisboa.pt*

*B O L E T I M*

# MUNICIPAL

*C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A*



1.º SUPLEMENTO AO BOLETIM MUNICIPAL N.º 630

## SUMÁRIO

### RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

#### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Aviso - Convocatória - Deliberações (Sessões de 21 de Fevereiro de 2006 e de 2 de Março de 2006)  
pág. 724 (2)

#### CÂMARA MUNICIPAL

Deliberação (Reunião de Câmara realizada em 22 de Fevereiro de 2006)  
pág. 724 (23)

# RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### Aviso

Intervenção do público na Sessão Extraordinária de 21 de Março de 2006

Local e hora das inscrições

Avisam-se os interessados que, nos termos do Regimento, a Sessão desta Assembleia Municipal de Lisboa, que se realizará no Fórum Lisboa - Avenida de Roma, 14, terá início às 15 horas, com um período não superior a 45 minutos de intervenção do público, para apresentação de assuntos de interesse municipal e pedidos de esclarecimento, dirigidos à Mesa.

As inscrições para este período devem ser feitas no dia 21 de Março de 2006, das 14 às 15 horas, nas instalações da Assembleia Municipal, Avenida de Roma, 14-P, 2.º andar - Lisboa (Fórum Lisboa).

Assembleia Municipal de Lisboa, em 2006/03/10.

Pel'a Presidente,  
O 1.º Secretário,  
(a) *Jorge Antas*

### Convocatória

#### 7.ª Sessão (Extraordinária) da Assembleia Municipal

Nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 50.º e da alínea a) do artigo 54.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, convoco uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Lisboa, para o dia 21 de Março de 2006, pelas 15 horas, no Fórum Lisboa - Avenida de Roma, 14, a qual, de acordo com o n.º 2 do artigo 66.º do Regimento, se iniciará com o período de intervenção do público para apresentação de assuntos de interesse municipal e pedidos de esclarecimentos, dirigidos à Mesa, a que se segue, nos termos do artigo 38.º do Regimento, o Período de Antes da Ordem do Dia.

#### Ordem de Trabalhos

1 - *Proposta n.º 41/2006* - Aprovar a renovação da declaração de utilidade pública de expropriação da nova Avenida Engenheiro Santos e Castro, relativamente às Parcelas n.ºs 2, 9, 10, 17, 20, 21, 22 e 23, aprovada pela Deliberação n.º 41/AM/2003, nos termos da proposta, ao abrigo das disposições conjugadas

do n.º 2 do artigo 14.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, com a alínea r) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

2 - *Proposta n.º 42/2006* - Aprovar a desafecção do domínio público municipal para o domínio privado da Câmara da parcela de terreno sita à Rua Padre Francisco Álvares, e aprovar a constituição do direito de superfície em subsolo no referido terreno à «Associação do Parque de Estacionamento Residencial da Rua Padre Francisco Álvares», destinado a execução de um parque de estacionamento subterrâneo residencial, nos termos da proposta, ao abrigo da alínea i) do n.º 2 e alínea b) do n.º 4 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

3 - *Proposta n.º 50/2006* - Aprovar a repartição de encargos da adjudicação da prestação de serviços de «Manutenção e conservação dos espaços verdes da Avenida Lusíada, Avenida General Norton de Matos, Avenida Padre Cruz, Avenida Marechal Craveiro Lopes, Rotunda do Relógio e Avenida Cidade do Porto», à empresa Parques e Jardins - Projectos e Construções, Ltd.ª, nos termos da proposta, ao abrigo do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho e da alínea r) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

4 - *Proposta n.º 54/2006* - Aprovar os critérios de rateio individual da compensação a distribuir a cada um dos feirantes da Feira Popular de Lisboa facultados pelo Perito nomeado pelo Tribunal da Relação de Lisboa e autorizar a Câmara Municipal a satisfazer o pagamento remanescente global anteriormente aprovado pela Câmara e Assembleia Municipal de Lisboa, nos termos da proposta, ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

5 - *Proposta n.º 57/2006* - Aprovar a afectação de três parcelas de terreno designadas com os n.ºs 1, 2 e 3, destinadas ao domínio público e pertencentes a Manuel da Silva Pássaro, bem como o reconhecimento do direito à isenção da taxa pela ocupação do domínio público municipal com o estaleiro de apoio à obra de edificação na Rua de Caselas, 108/108-A, nos termos da proposta (Processo privativo n.º 46/DGI/2002), ao abrigo da alínea e) do n.º 2 e da alínea b) do n.º 4 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

6 - *Proposta n.º 58/2006* - Aprovar a alienação, sob a forma de complemento de edificação do prédio municipal sito na Rua das Fontainhas, 41 a 45, a «Alcântara Rio - Empreendimentos Imobiliários, S. A.» e dos restantes prédios que integram a operação urbanística objecto do processo 994/OB/2002,

nos termos da proposta, ao abrigo da alínea *i*) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

7 - *Proposta n.º 59/2006* - Aprovar a aquisição a Maria Adelina Duarte e Silva Marques e outra, do prédio sito na Estrada da Torre, 5 e 7, bem como a cessação do contrato de arrendamento comercial de Rogério Alves Marques, Ltd.<sup>a</sup>, relativamente à loja, com o seu logradouro, do prédio acima identificado, nos termos da proposta, ao abrigo da alínea *i*) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

8 - *Proposta n.º 60/2006* - Aprovar a prorrogação dos direitos de superfície a favor da ESLI, nos termos da proposta, ao abrigo da alínea *i*) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

9 - *Proposta n.º 66/2006* - Aprovar o Plano de Pormenor em Regime Simplificado - Projecto Urbano Parque Oriente, nos termos da proposta, ao abrigo das alíneas *a*) e *b*) do n.º 3 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

10 - *Proposta n.º 71/2006* - Aprovar a repartição de encargos à Plantiagro - Comercialização de Produtos para a Agricultura, Ltd.<sup>a</sup>, do «Fornecimento de serviços de manutenção e limpeza de áreas dispersas da cidade de Lisboa», nos termos

da proposta, ao abrigo do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho e da alínea *r*) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

11 - *Proposta n.º 72/2006* - Aprovar a repartição de encargos à empresa Parques e Jardins - Projectos e Construções, Ltd.<sup>a</sup>, do «Fornecimento de serviços de manutenção e limpeza da zona sul do Parque Florestal de Monsanto», nos termos da proposta, ao abrigo do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho e da alínea *r*) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

12 - *Proposta n.º 73/2006* - Aprovar a repartição de encargos à empresa Vadeca - Jardins, S. A., do «Fornecimento de serviços de manutenção e conservação dos espaços verdes da Alameda D. Afonso Henriques», nos termos da proposta, ao abrigo do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho e da alínea *r*) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Assembleia Municipal de Lisboa, em 2006/03/10.

Pel'a Presidente,  
O 1.º Secretário,  
(a) Jorge Antas

## Deliberações

Sessão de 21 de Fevereiro de 2006

- *Deliberação n.º 13/AM/2006*:

## Acta

Aos 21 de Fevereiro de 2006, procedeu-se à Eleição dos membros constantes da Lista A (única) para as Representações Externas da Assembleia Municipal de Lisboa a seguir designadas:

Comissão Concelhia de Saúde	1 Representante
Conselho Municipal das Comunidades e Minorias Étnicas	1 Representante
Conselho Municipal para a Integração a Pessoa com Deficiência	1 Representante
Comissão Municipal de Lisboa	1 Representante
Conselho Geral da EMARLIS – Empresa Municipal de Águas Residuais de Lisboa, E.M	5 Representantes
Conselho Geral da EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, E.M.	4 Representantes
Assembleia Distrital de Lisboa	1 Presidente de Junta de Freguesia
Conselho Municipal de Educação	1 Presidente de Junta de Freguesia
Conselho Municipal de Segurança	8 Presidentes de Junta de Freguesia 17 Representantes de reconhecida idoneidade

Procedeu-se à votação, apurando-se o seguinte resultado: Nestes termos, proclama-se eleitos os candidatos propostos.

- Votos a favor: 69;
- Votos contra: 14;
- Abstenções: 13;
- Votos em branco: 2;
- *Votantes*: 98.

Os Escrutinadores,  
*Jorge Santos* - PSD  
*Maria Luísa Vicente Mendes* - PS  
*Luís Campos* - PCP

Lista A

#### Representações Externas da AML

Comissão Concelhia de Saúde	1 Representante PSD – D.M. Jorge Manuel Virtudes dos Santos Penedo
Conselho Municipal das Comunidades e Minorias Étnicas	1 Representante PSD – D.M. Álvaro da Silva Amorim Sousa Carneiro
Conselho Municipal para a Integração da Pessoa com Deficiência	1 Representante PS – D.M. Maria Luísa Rodrigues das Neves Vicente Mendes
Comissão Municipal de Lisboa	1 Representante PSD – D.M. Fernando Manuel Moreno Braancamp
Conselho Geral da EMARLIS – Empresa Municipal de Águas Residuais de Lisboa, E.M	5 Representantes PSD – D.M. Armando Dias Estácio D.M. José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa D.M. João Nuno Vaissier Ferro PS – D.M. José Manuel Rosa do Egípto D.M. José Maria Ribeiro Rodrigues
Conselho Geral da EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, E.M.	4 Representantes PSD – D.M. Luís Baltazar Brito da Silva Correia D.M. Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias PS – D.M. Fernando Pereira Duarte PCP – D.M. Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista
Assembleia Distrital de Lisboa	1 Presidente de Junta de Freguesia PS – D.M. Manuel Luís de Sousa Silva Medeiros
Conselho Municipal de Educação	1 Presidente de Junta de Freguesia PSD – D.M. Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva
Conselho Municipal de Segurança	<p><b>8 Presidentes de Junta de Freguesia</b></p> <p>PSD – D.M. Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa D.M. Luís Filipe Graça Gonçalves D.M. Marcelino António Figueiredo D.M. Maria Albertina de Carvalho Simões Ferreira D.M. Rui Manuel Pessanha da Silva PS – D.M. Maria da Graça Resende Pinto Ferreira D.M. Maria Irene dos Santos Lopes PCP – D.M. José das Neves Godinho</p> <p><b>17 Representantes de reconhecida idoneidade</b></p> <p>Indicados pelo PSD:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Carlos Cardoso Alves</li> <li>- Carlos Eduardo de Oliveira e Silva</li> <li>- Fernando Manuel Afonso de Almeida</li> <li>- José Luís de Rezende Moreira da Silva</li> <li>- Maria Figueirinhas</li> <li>- Nuno de Freitas Motta Campello Moreira</li> <li>- Nuno Roque</li> <li>- Pedro Clemente</li> </ul> <p>Indicados pelo PS:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Rui Paulo Figueiredo</li> <li>- José António Videira</li> <li>- Manuel Brito</li> <li>- Luís Gonçalves Vaz</li> </ul> <p>Indicados pelo PCP:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- António Joaquim Cunha</li> <li>- Lourenço Ramos Bernardino</li> </ul> <p>Indicado pelo BE:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Heitor Nuno Patrício de Sousa e Castro</li> </ul> <p>Indicado pelo CDS/PP:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes</li> </ul> <p>Indicada pelo PEV:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Emília Cristina Antunes Serra</li> </ul>

(Aprovada por escrutínio secreto, com 69 votos a favor, 14 votos contra, 13 abstenções e 2 votos em branco.)

Sessão de 2 de Março de 2006

- *Deliberação n.º 9/AM/2006* (Deliberação n.º 7/CM/2006):

Proposta n.º 7/2006

Considerando que a Associação Nacional dos Transportadores Rodoviários em Automóveis Ligeiros (ANTRAL), com sede no Concelho de Lisboa, constituiu uma Fundação - a Fundação Antral - que tem por escopo a prossecução de acções de carácter social, cultural e filantrópico, visando a valorização do sector de transportes rodoviários em automóveis ligeiros, bem como dos industriais (cerca de 7000 só na cidade de Lisboa), seus familiares e colaboradores que exerçam essa actividade;

Considerando que esta Fundação tem como principal escopo promover e desenvolver acções que visam a melhoria do bem-estar dos industriais, seus colaboradores e familiares, em particular, daqueles que se encontram numa situação de especial vulnerabilidade;

Considerando que na prossecução desta missão, a referida Fundação pretende construir a curto prazo um Centro de Dia, prestar serviços de apoio domiciliário e criar um ou mais Lares para Idosos, necessitando, para tal, gerar recursos que lhe permita desenvolver e sustentar tais projectos;

Considerando que para o reconhecimento da Fundação, pelas entidades competentes, é necessário demonstrar a suficiência dos bens a esta afectos para a prossecução dos objectivos que visa alcançar;

Considerando que como meio de transporte público, o táxi desempenha um papel importante na mobilidade da cidade de Lisboa, sendo a ANTRAL uma Associação representativa dos interesses dos industriais do sector, ao que acresce, agora com a criação da Fundação ANTRAL, uma entidade com fins de natureza sociais e filantrópicos, aos quais se torna forçoso reconhecer um inegável interesse público municipal;

Considerando que o Município de Lisboa possui um património imobiliário diverso que deve servir para prosseguir os seus fins, nomeadamente, o bem-estar dos munícipes;

Considerando que através da constituição de direitos de superfície é possível apoiar a missão assistencial que a Fundação ANTRAL se propõe prosseguir, nomeadamente a construção do Centro de Dia e assegurar os meios necessários ao seu funcionamento;

Considerando que as preocupações ambientais do Município e o seu especial papel na divulgação e na promoção da utilização de novas energias alternativas, como por exemplo, o GPL (Gás de Petróleo Liquefeito), o Gás Natural, o Hidrogénio ou o Biodiesel;

Tenho a honra de propor que a Câmara delibere, nos termos do artigo 64.º, n.º 4, alínea b) e n.º 6, alínea a) e do artigo 53.º, n.º 2, alínea j) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal, para que esta delibere:

1 - Autorizar a constituição do direito de superfície a favor da Fundação ANTRAL, pelo período de 50 (cinquenta) anos, sobre o prédio sito na Rua Coronel Pereira da Silva, 16

e Rua Comandante Freitas da Silva, 3/3-A, na freguesia da Ajuda (antigas instalações do Regimento de Sapadores de Bombeiros), com a área total de 315,60m², representado a tracejado azul na cópia da Planta DPI n.º 05/160/02, em anexo e que faz parte integrante da presente Proposta, destinado à construção de um Centro de Dia;

2 - Autorizar a constituição do direito de superfície a favor da Fundação ANTRAL, pelo período de 20 (vinte) anos, sobre uma parcela de terreno próxima da Avenida Santo Condestável, com 3535 m² de área, melhor identificada no polígono tracejado na cópia da Planta DPI n.º 04/051/02, em anexo e que faz parte integrante da presente Proposta, destinada à instalação de um posto de abastecimento de combustíveis líquidos, incluindo obrigatoriamente energias alternativas, como por exemplo o GPL (Gás de Petróleo Liquefeito), ficando desde já autorizada a sua exploração por terceiros pelo prazo máximo fixado para o direito de superfície;

3 - Os referidos direitos de superfície serão constituídos no prazo de 90 (noventa) dias após o reconhecimento da referida Fundação pela entidade competente, nos termos do artigo 188.º do Código Civil.

#### *Condições do Acordo*

I - A superficiária pagará, pelo direito de superfície sobre a parcela de terreno destinada à instalação do posto de abastecimento de combustíveis líquidos, uma renda anual de 1500 euros (mil e quinhentos euros), e, pelo direito de superfície sobre o prédio destinado à construção de um Centro de Dia, uma renda anual de 1500 euros (mil e quinhentos euros), ambas actualizadas pela aplicação da taxa «r» igual à taxa de actualização anual dos arrendamentos habitacionais, de acordo com a Deliberação n.º 543/CM/94, publicada no *Boletim Municipal* n.º 47, de 17 de Janeiro de 1995, que alterou a redacção do n.º 3 da Proposta n.º 96/92, publicada no *Diário Municipal* n.º 16 353, de 13 de Abril de 1992.

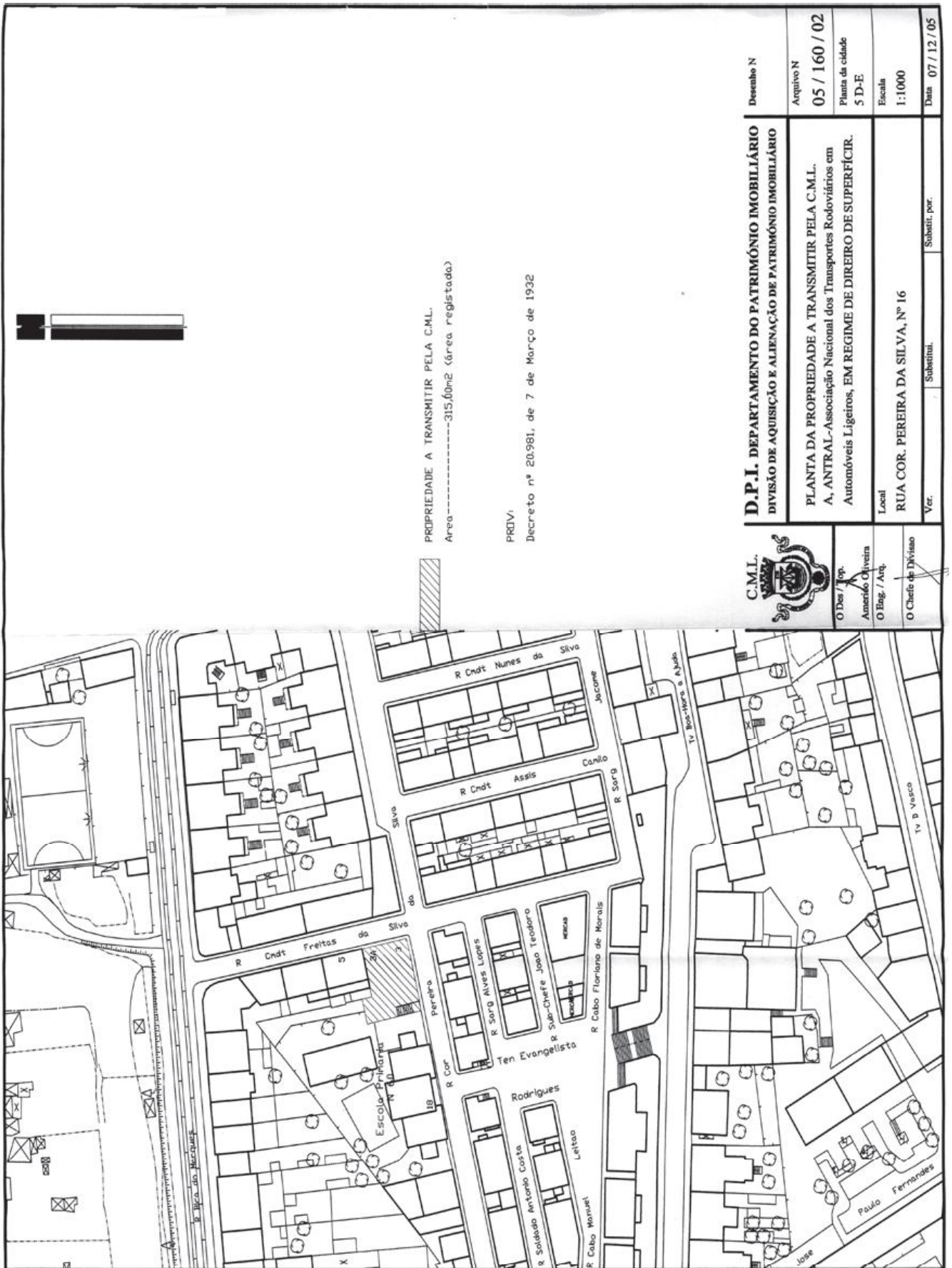
II - Sob pena de extinção dos direitos de superfície, as obras do Centro de Dia e do posto de abastecimento de combustíveis líquidos deverão estar concluídas no prazo de dois anos, contados da data da escritura da sua constituição.

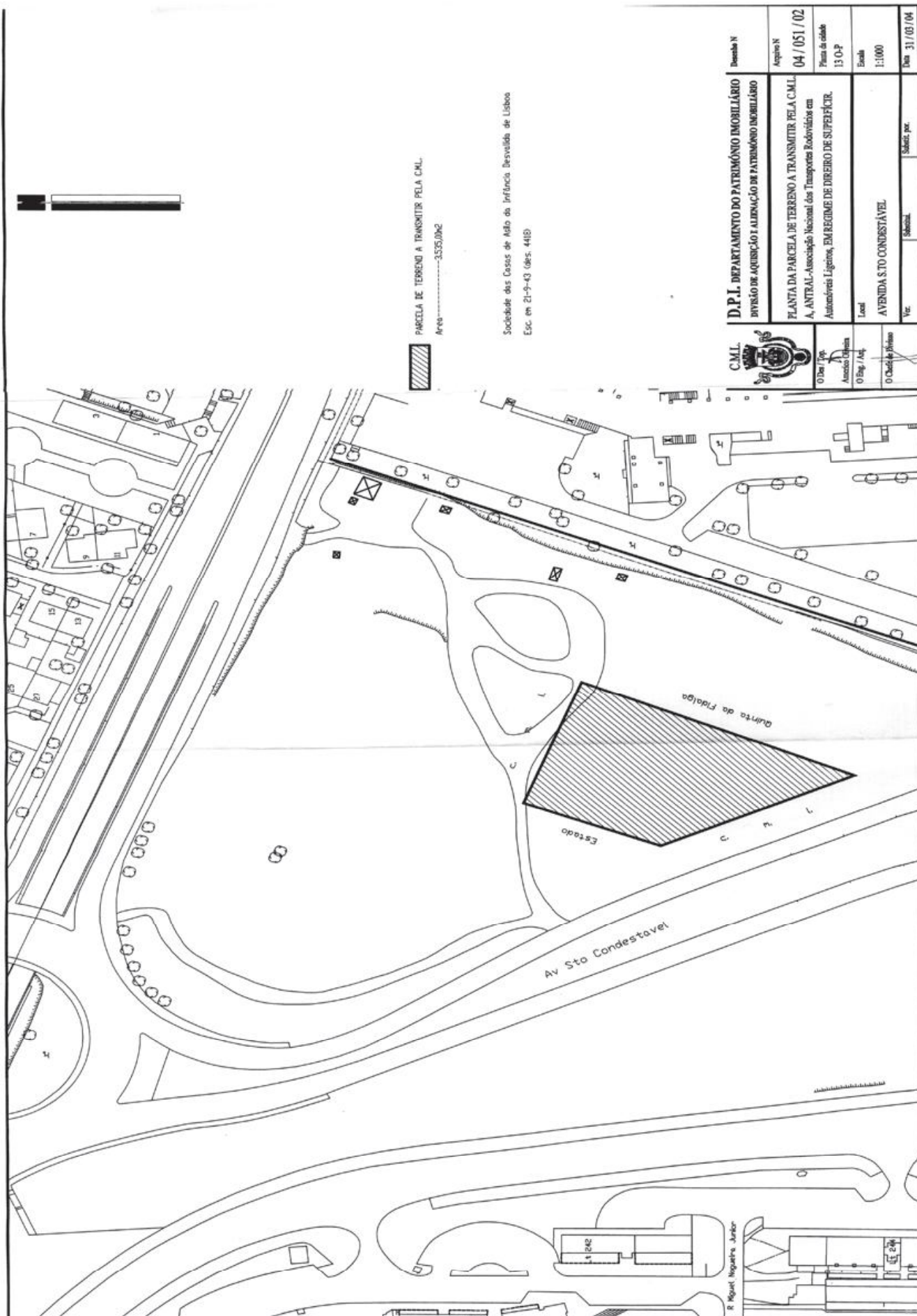
III - Expirado o prazo de duração do direito de superfície, o Município, através dos seus órgãos competentes, poderá reconhecer à Superficiária o direito de preferência em nova constituição do referido direito, se esta vier a ter lugar.



IV - Em tudo o mais serão aplicáveis a estes direitos de superfície a legislação que rege esta matéria.

(Processo privativo n.º 150/DPI/05.)

[Aprovada por Pontos - *Ponto 1*: Aprovado por maioria, com votos a favor (PPD/PSD e CDS/PP), votos contra (PS, Bloco de Esquerda e PEV) e abstenções (PCP e 2 PPD/PSD); *Ponto 2*: Aprovado por maioria, com votos a favor (PPD/PSD e CDS/PP); votos contra (PS, PCP, Bloco de Esquerda e PEV) e abstenções (4 PPD/PSD); e *Ponto 3*: Aprovado por maioria, com votos a favor (PPD/PSD e CDS/PP); votos contra (PS, Bloco de Esquerda e PEV) e abstenções (PCP e 4 PPD/PSD).]





C.M.L.		Desenho N	
		Arquivo N	
D.P.L. DEPARTAMENTO DO PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO		04 / 051 / 02	
DIVISÃO DE AQUISIÇÃO E AVALIAÇÃO DE PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO		Planta da cidade	
PLANTA DA PARCELA DE TERRENO A TRANSMITIR PELA C.M.L.		13 O.P.	
A. ANTRAL-Associação Nacional dos Transportes Rodoviários em		Escala	
Autoserviço Ligeiro, EM REGIME DE DIREITO DE SUPERFÍCIE.		1:1000	
Local		Situa	
AVENIDA S.TO CONDESTÁVEL		Data 31 / 03 / 04	
Viz.	Situat.	Salut. per.	
O Des. / Top.			
O Reg. / Adj.			
O Aval. / Aval.			
O Cad. de Imóveis			

- *Deliberação n.º 10/AM/2006* (Deliberação n.º 8/CM/2006):

Proposta n.º 8/CM/2006

Considerando a necessidade de se garantir a vigilância das instalações municipais do Mercado da Ribeira;

Considerando que, para tanto, foi lançado o Concurso Público Internacional - Processo n.º 22/DMSC-DA/05 - para «Prestação de serviços de vigilância das instalações municipais do Mercado da Ribeira», tendo o Júri do Concurso designado para o efeito, após apreciar o mérito das propostas das empresas concorrentes admitidas ao Concurso, emitido parecer no sentido da adjudicação à firma «2045 - Empresa de Segurança, S. A.», por ter sido aquela que apresentou a proposta economicamente mais vantajosa e que cumpre os critérios de adjudicação enunciados no respectivo Programa de Concursos;

Considerando que o prazo para a prestação de serviços é de 12 meses, com início em 2006/01/01, e prorrogável até ao triénio subsequente;

Considerando que ainda não foi autorizada a repartição de encargos nos termos do n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, e o artigo 11.º, n.º 4.1 do Regulamento do Orçamento em vigor;

Tenho a honra de propor que a Câmara delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal:

- 1 - Ao abrigo do disposto no artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, adjudicar a «Prestação dos serviços de vigilância das instalações municipais do Mercado da Ribeira», para o período de 12 meses, com início em 2006/01/01, à firma «2045 - Empresa de Segurança, S. A.», pelo valor de 58 038 euros (cinquenta e oito mil e trinta e oito euros), ao qual acresce o IVA à taxa de 21 % no montante de 12 187,98 euros (doze mil cento e oitenta e sete euros e noventa e oito cêntimos), perfazendo um total de 70 225,98 euros (setenta mil duzentos e vinte e cinco euros e noventa e oito cêntimos);
- 2 - Autorizar a repartição de encargos referentes às sucessivas renovações da «Prestação de serviços de vigilância das instalações municipais do Mercado da Ribeira»;
- 3 - Autorizar o valor global para as sucessivas renovações de 210 677,94 euros (duzentos e dez mil seiscentos e setenta e sete euros e noventa e quatro cêntimos), com IVA à taxa legal de 21%, já incluído, ao qual para cada ano da prorrogação (2007, 2008 e 2009) acrescerá o valor resultante da aplicação da fórmula de revisão de preços, prevista no n.º 10.2.1 do Caderno de Encargos;
- 4 - Autorizar que seja contraído, no ano de 2006, o valor de 70 225,98 euros (setenta mil duzentos e vinte e cinco euros e noventa e oito cêntimos), com IVA à taxa legal de 21 %, já incluído, e com cabimento na Rubrica Orçamental 02.02.18 da Orgânica 08.01;
- 5 - Autorizar que seja considerado como encargo assumido para o ano de 2007, o valor de 70 225,98 euros (setenta mil duzentos e vinte e cinco euros e noventa e oito cêntimos), com IVA à taxa de 21 %, já incluído (ao qual acrescerá o valor resultante da aplicação da fórmula de revisão de preços para o ano em causa);
- 6 - Autorizar que seja considerado como encargo assumido para o ano de 2008, o valor de 70 225,98 euros (setenta mil duzentos e vinte e cinco euros e noventa e oito cêntimos), com IVA à taxa de 21 %, já incluído (ao qual acrescerá o valor resultante da aplicação da fórmula de revisão de preços para o ano em causa);

7 - Autorizar que seja considerado como encargo assumido para o ano de 2009, o valor de 70 225,98 euros (setenta mil duzentos e vinte e cinco euros e noventa e oito cêntimos), com IVA à taxa de 21 %, já incluído (ao qual acrescerá o valor resultante da aplicação da fórmula de revisão de preços para o ano em causa);

8 - Aprovar a Minuta do Contrato anexa.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PPD/PSD e CDS/PP), votos contra (Bloco de Esquerda e PEV) e abstenções (PS e PCP).]

## MINUTA

Contrato de fornecimento de serviços

Aos ... de ... de 2006, nesta cidade de Lisboa, na sede da Direcção Municipal de Actividades Económicas, compareceram como Outorgantes:

*Primeiro* - O Excelentíssimo Sr. Dr. Carlos Miguel Gomes Fernandes Fontão de Carvalho, casado, portador do Bilhete de Identidade n.º 4234592, emitido em 2004/03/16, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, residente em Lisboa, na Rua Professor Salazar de Sousa, 22, 8.º direito - 1750-233 Lisboa, Vereador da Câmara Municipal de Lisboa, que outorga em representação desta, de harmonia com a delegação de poderes conferida pelo Despacho n.º 509/P/2005;

*Segundo* - ..., natural de ..., residente ..., portador do Bilhete de Identidade n.º ..., emitido em ..., pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, Contribuinte n.º ..., que outorga em representação da sociedade «2045 - Empresa de Segurança, S. A.», com sede na Rua Alto do Matoutinho, 1 - 2665-291 Malveira.

Foi verificada a identidade, qualidade e suficiência de poderes dos Outorgantes para intervirem neste acto por conhecimento pessoal quanto ao Primeiro e, quanto ao Segundo, pela exibição do Bilhete de Identidade atrás referido, e por ..., de ..., que se arquivam.

Pelo Primeiro Outorgante foi dito que, mediante Concurso Público Internacional, a Câmara Municipal de Lisboa, por sua Deliberação tomada em reunião de ... de ... do ano de dois mil e cinco, sob a Proposta n.º ..., adjudicou à representada do Segundo Outorgante a «Prestação de serviços de vigilância das instalações municipais do Mercado da Ribeira», com as condições técnicas e jurídicas, Programa de Concurso, Caderno de Encargos, com a proposta da «2045 - Empresa de Segurança, S. A.», documentos que se arquivam e ficam a fazer parte integrante deste Contrato.

Nesta conformidade, com ele Segundo Outorgante, contrata o mesmo nos termos seguintes:

*Primeiro* - O prazo de execução é de doze meses contados a partir de um de Janeiro do ano de dois mil e seis.

*Segundo* - O Contrato poderá ser prorrogado até ao triénio subsequente à adjudicação, nos termos do ponto 9.1 do Caderno de Encargos, ficando sujeito à revisão de preços.

*Terceiro* - O valor estimado para o presente Contrato é de 232 152 euros (duzentos e trinta e dois mil cento e cinquenta e dois euros), acrescido de IVA à taxa em vigor, onde se inclui o ano de 2006 e prorrogações (2007, 2008 e 2009), à qual para cada ano de prorrogação acrescerá o valor resultante da aplicação da fórmula de revisão de preços prevista no ponto 10.2.1 do Caderno de Encargos.

*Quarto* - O valor referente à prestação de serviços para o ano de 2006 é de 58 038 euros (cinquenta e oito mil e trinta e oito euros), acrescido do Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa em vigor.

*Quinto* - O encargo tem cabimento na Rubrica Orçamental zero dois.zero dois.dezoito da Orgânica zero oito.zero um.

*Sexto* - As facturas terão de ser emitidas em nome da CML, ao cuidado da Direcção Municipal de Finanças, Campo Grande, 25, 8.º, bloco A - 1749-099 Lisboa, com indicação do Serviço responsável pela correspondente contratação (DMAE/DA/DGML - Rua da Cruz Vermelha, 12 - 1600-053 Lisboa) e referência do(s) documento(s) que lhe deram origem.

*Sétimo* - O Segundo Outorgante cumprirá as cláusulas e condições constantes na referida Proposta em conformidade com o disposto no Caderno de Encargos.

*Oitavo* - O presente Contrato considera-se renovado por iguais períodos, até ao triénio subsequente, se nenhuma das Partes o denunciar, por escrito e com uma antecedência mínima de trinta dias relativamente ao fim do prazo ou período de renovação.

*Nono* - Para as questões emergentes do presente Contrato é competente o Foro de Lisboa.

Assim o disseram e outorgaram.

Foram exibidos os Cartões de Identificação de entidade equiparada a pessoa colectiva, números 500051070 e 502332905, referentes, respectivamente, às representadas dos Primeiro e Segundo Outorgantes.

Verificou-se que o Segundo Outorgante tem a situação contributiva regularizada quanto à Segurança Social, por uma certidão de . . . , que se arquiva.

O presente Contrato foi lido e o seu conteúdo explicado em voz alta aos Outorgantes na presença simultânea de ambos.

Os Outorgantes rubricaram os documentos atrás referidos e declararam conhecer o seu conteúdo.

- *Deliberação n.º 11/AM/2006* (Deliberação n.º 31/CM/2006):

Proposta n.º 31/2006

Considerando que:

O tratamento insuficiente de águas residuais urbanas afecta o ambiente e a qualidade de vida da população, sendo por isso necessário exigir o controlo adequado e contínuo das estações de tratamento por forma a garantir o seu melhor funcionamento, salvaguardando o ambiente dos efeitos nocivos da descarga de águas residuais;

Da transposição sucessiva da Directiva n.º 91/271/CEE, do Conselho, de 21 de Maio, relativa ao tratamento de águas residuais urbanas para o ordenamento jurídico nacional, através dos Decretos-Leis n.ºs 45/94, 46/94 e 47/94, todos de 22 de Fevereiro, do Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de Agosto e do Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de Junho, resultou a obrigação de adaptação da ETAR de Alcântara, por forma a permitir o ajuste do sistema de tratamento das águas residuais aos requisitos técnicos ali prescritos;

Esta adaptação, por razões de ordem técnica, implicará a ampliação das instalações da ETAR, a qual terá que ser executada a jusante do tratamento secundário, uma vez que este é efectuado no final da linha, preconizando-se uma solução gravítica, adequada a uma maior sustentabilidade energética e potenciando vantagens nos circuitos de tratamento e de operacionalidade;

Com a adaptação para tratamento secundário da ETAR de Alcântara, também se procederá à demolição do edifício administrativo e do edifício de exploração que se encontram actualmente implantados em «Área Verde de Protecção», reconvertendo esse espaço em área verde efectiva, conforme a classificação que consta da Planta de Ordenamento do Espaço Urbano do Plano Director Municipal;

No estrito respeito pela legislação supra-referida foi celebrado um Contrato de Concessão entre o Estado Português e a SIMTEJO, nos termos do qual se reiterou a obrigação de adaptação da ETAR de Alcântara;

A parcela para onde se prevê a instalação do tratamento secundário, encontra-se classificada na Planta de Ordenamento, como «Área Verde de Protecção», quando é certo que à data da elaboração do Plano Director era já manifestamente expectável que esta área era necessária para cumprir o disposto na Directiva Comunitária;

Na elaboração do PDM, houve um erro de dimensionamento na representação gráfica da área necessária para a ETAR, o qual não teve origem no projecto inicial, mas na falta de previsão da necessidade da adaptação ao tratamento secundário;

Em vez de «Área Verde de Protecção», deveria a carta de ordenamento, já em 1994, ter classificado aquela parcela como «Área de Usos Especiais» e, assim, cautelarmente, ter garantido, a possibilidade de cumprimento da Directiva Comunitária;

Este erro de dimensionamento na representação gráfica que conduziu a erro de classificação da parcela na Planta de Ordenamento, é susceptível de correcção, no âmbito do procedimento de alteração do Plano Director Municipal em Regime Simplificado, nos termos do disposto nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 97.º, e ainda do disposto na alínea a) do n.º 1 do mesmo artigo, desde a data da transposição da Directiva Comunitária, para a ordem jurídica interna;

Tenho a honra de propor ao Plenário da Câmara Municipal de Lisboa que, nos termos da alínea a) do n.º 2 e da alínea b) do n.º 3 do artigo 53.º, conjugadas com o disposto na alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delibere o seguinte:

- Submeter a Deliberação da Assembleia Municipal a alteração em regime simplificado do Plano Director Municipal, junta em anexo, nos termos das alíneas a) e e) do n.º 1 e das

alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 97.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, dando conhecimento à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo e assegurando os demais procedimentos, de acordo com o n.º 4 do citado artigo.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, PS, PCP, PEV e CDS/PP) e abstenções (Bloco de Esquerda).]

#### PARCELA A SUL DA ETAR DE ALCÂNTARA

#### Alteração ao Plano Director Municipal de Lisboa, em Regime Simplificado

Oportunidade da alteração ao PDM

##### *Anexos:*

- Extractos de Plantas do PDM;
- Extracto de planta da zona de ampliação;
- Extracto de planta do Caderno de Encargos do Concurso Público Internacional CP/001/05-«Empreitada de concepção/ /construção da adaptação e completamento da ETAR de Alcântara»;
- Ofício SIMTEJO Ref.: CA/0010/2005;
- Ofício SIMTEJO Ref.: CA/0990/2004.

#### OPORTUNIDADE DA ALTERAÇÃO AO PDM

A parcela em causa confina a norte com a ETAR de Alcântara e tem como limites sul e nascente, a Rua recentemente aberta a sul e como limite poente, a Avenida de Ceuta.

A Directiva n.º 91/271/CEE, do Conselho, de 21 de Maio, foi sucessivamente transposta para a ordem jurídica interna. Desta transposição resulta a obrigação de adaptação da ETAR de Alcântara.

No estrito respeito pela legislação supra-referida, foi celebrado um Contrato de Concessão entre o Estado Português e a SIMTEJO, nos termos do qual se reiterou a obrigação de adaptação da ETAR de Alcântara. Atendendo a que esta adaptação implica, por razões de ordem técnica, a ampliação das instalações da estação de tratamento, mostra-se necessário por força daquela Directiva, disponibilizar mais área para esse efeito.

Pelas mesmas razões de ordem técnica, a remodelação da ETAR terá de ser efectuada a jusante do tratamento secundário, uma vez que este é efectuado no final da linha de tratamento, isto é, após ser efectuado o tratamento primário. Por uma questão de sustentabilidade energética, prevê-se uma solução gravítica, devendo os órgãos de tratamento secundário ser instalados no final da linha, potenciando vantagens nos circuitos de tratamento e de operacionalidade.

Dada a importância do funcionamento da actual instalação, para a qualidade de água no estuário do Rio Tejo, a SIMTEJO terá de assegurar o seu pleno funcionamento, mantendo o nível de tratamento primário actualmente existente, durante a execução das obras de adaptação.

No âmbito do Concurso Público Internacional CP/001/05 - «Empreitada de concepção/construção da adaptação e completamento da ETAR de Alcântara», foi exigido aos concorrentes a adaptação do faseamento proposto, de forma a assegurar o pleno funcionamento do tratamento actual, bem como todas as medidas que garantam o funcionamento da instalação existente.

Com a adaptação para tratamento secundário da ETAR de Alcântara, também se procederá à demolição do edifício administrativo e do edifício de exploração que se encontram actualmente implantados em «Área Verde de Protecção», reconvertendo esse espaço em área verde efectiva, conforme a classificação que consta da Planta de Ordenamento do Espaço Urbano.

A parcela para onde se prevê a instalação do tratamento secundário, encontra-se classificada na Planta de Ordenamento, como «Área Verde de Protecção», quando é certo que à data da elaboração do Plano Director era já manifestamente expectável que esta área era necessária para cumprir o disposto na Directiva Comunitária.

Verifica-se assim que, quando da elaboração do PDM, houve em erro de dimensionamento na representação gráfica da área necessária para a ETAR, na medida em que naquela data já havia conhecimento da necessidade de a adaptar com o tratamento secundário e não se representou graficamente a área a ocupar com esse tratamento.

O erro de dimensionamento anteriormente referido, não teve origem no projecto original da ETAR, mas na falta de previsão da necessidade da sua adaptação ao tratamento secundário, quando da elaboração do PDM.

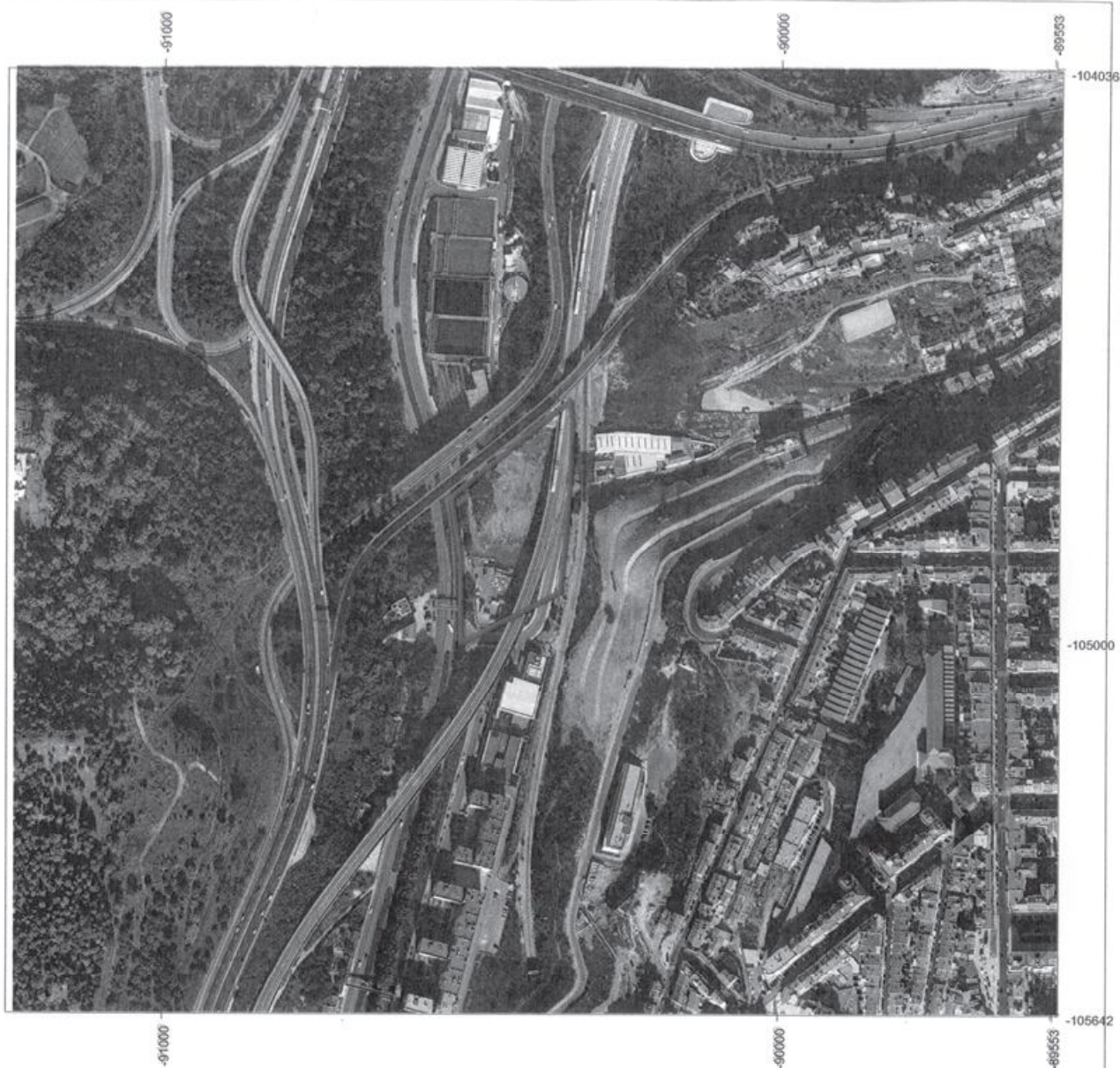
Com efeito, em vez de «Área Verde de Protecção», deveria a carta de ordenamento, já em 1994, classificar aquela parcela como «Área de Usos Especiais» e assim, cautelarmente, ter assegurado o cumprimento da Directiva Comunitária.


Face ao exposto, cumpre proceder à rectificação do erro de classificação do espaço em causa, corrigindo a Planta de Ordenamento.

Atento que este erro de dimensionamento, que conduziu a erro de classificação da parcela na Planta de Ordenamento, é susceptível de correcção, no âmbito do procedimento de alteração do Plano Director Municipal, em Regime Simplificado, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 e das alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 97.º, bem como se enquadra nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do mesmo artigo, desde a data da transposição da Directiva Comunitária, para a ordem jurídica interna.

Nestes termos é assim oportuna a presente proposta.

Lisboa, Dezembro de 2005.



 Limite da Parcela



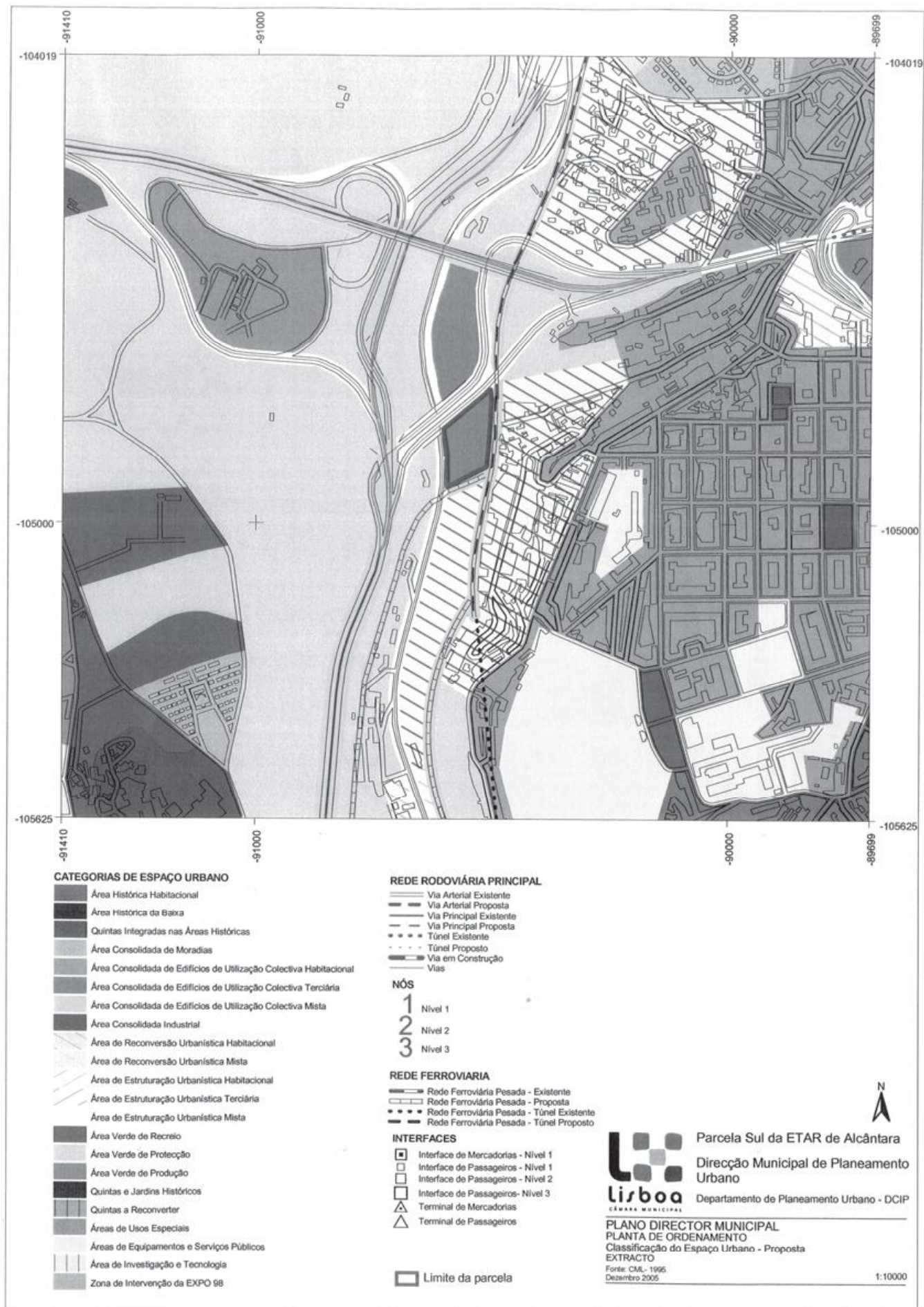
Parcela a Sul da ETAR de Alcântara  
Direcção Municipal de Planeamento  
Urbano  
Departamento de Planeamento Urbano - DCIP

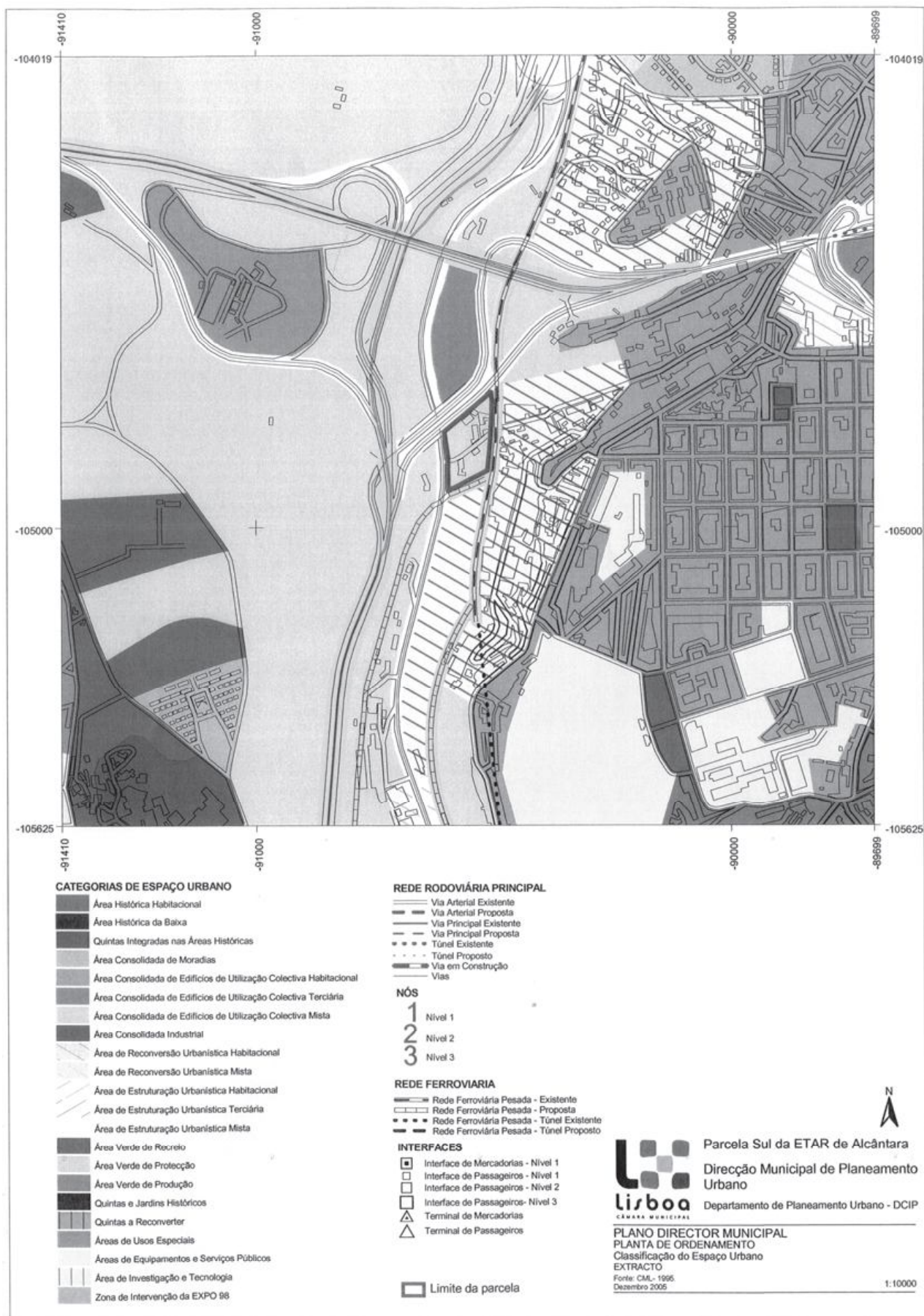
ORTOFOTOMAPA

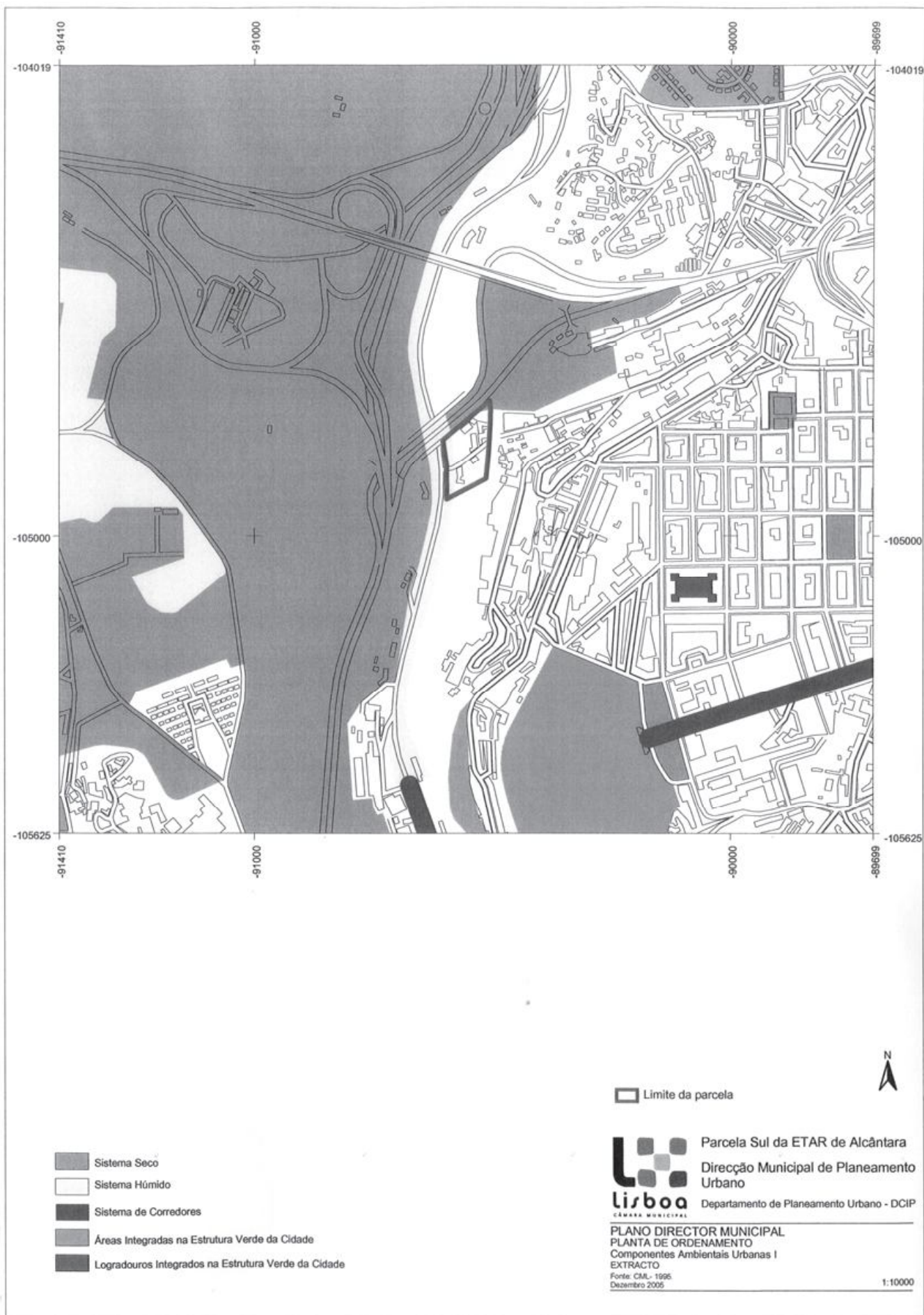
EXTRACTO  
Fonte: CML - 2003  
Dezembro de 2005

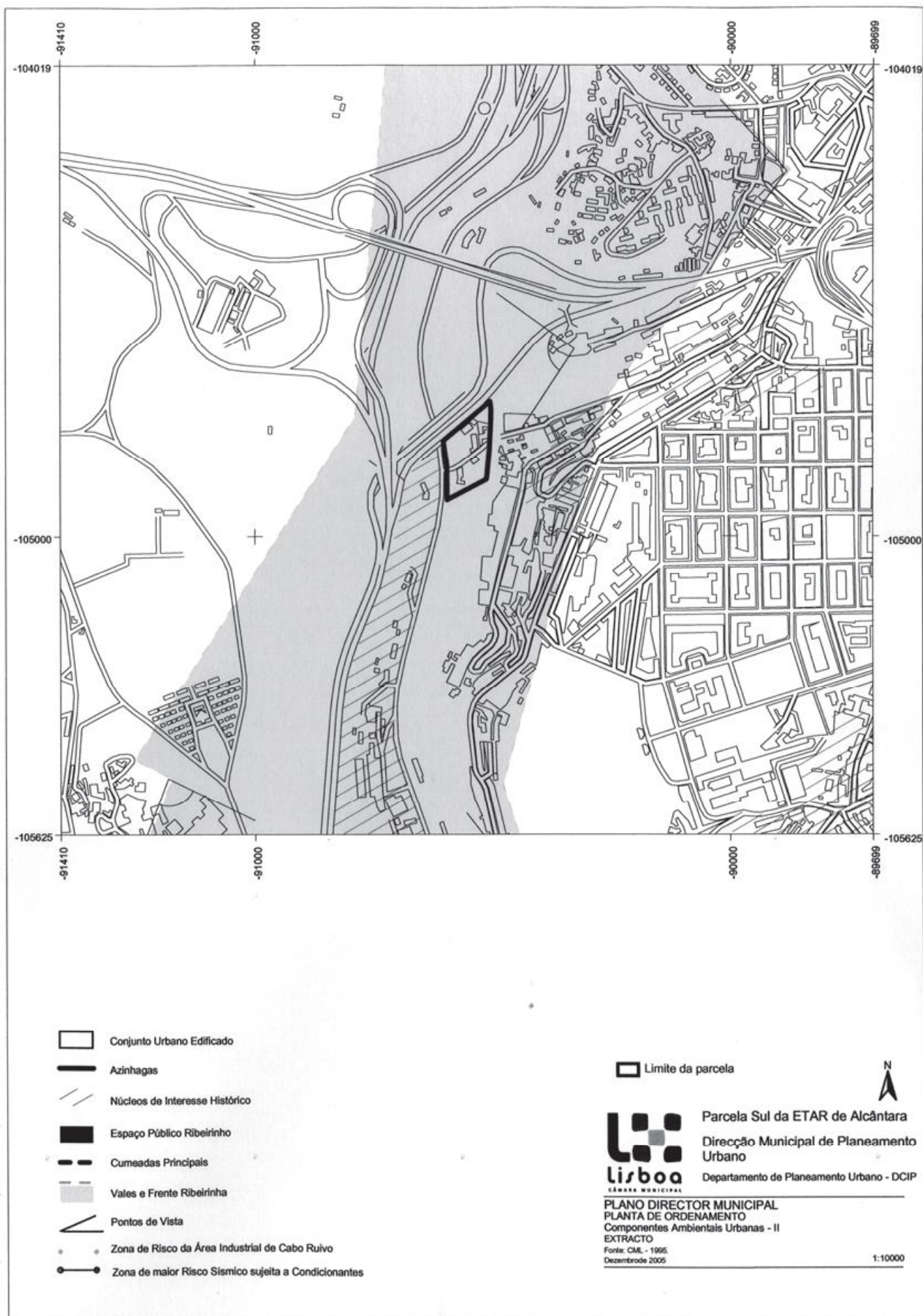
1:5000

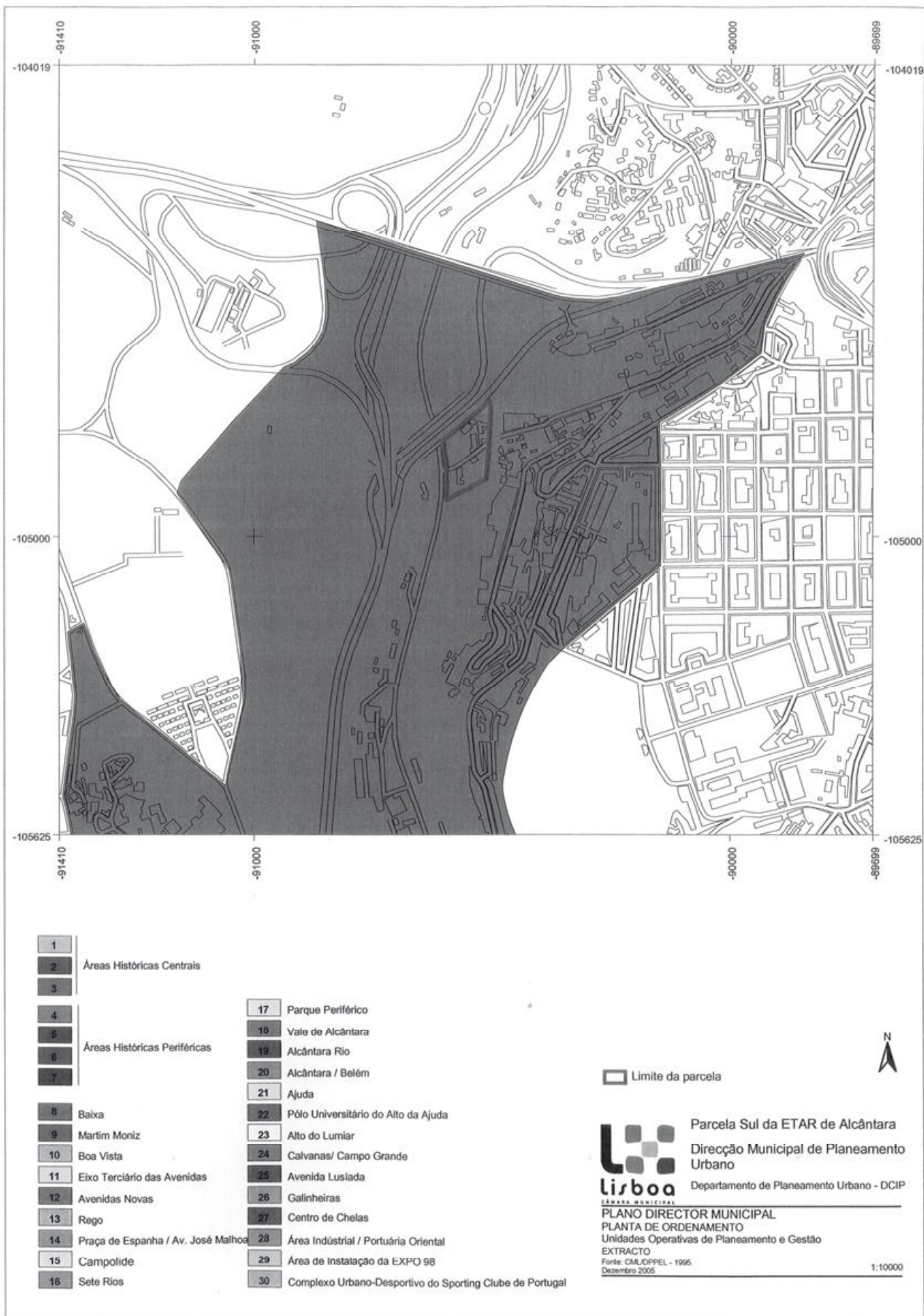
60 0 60 Metros

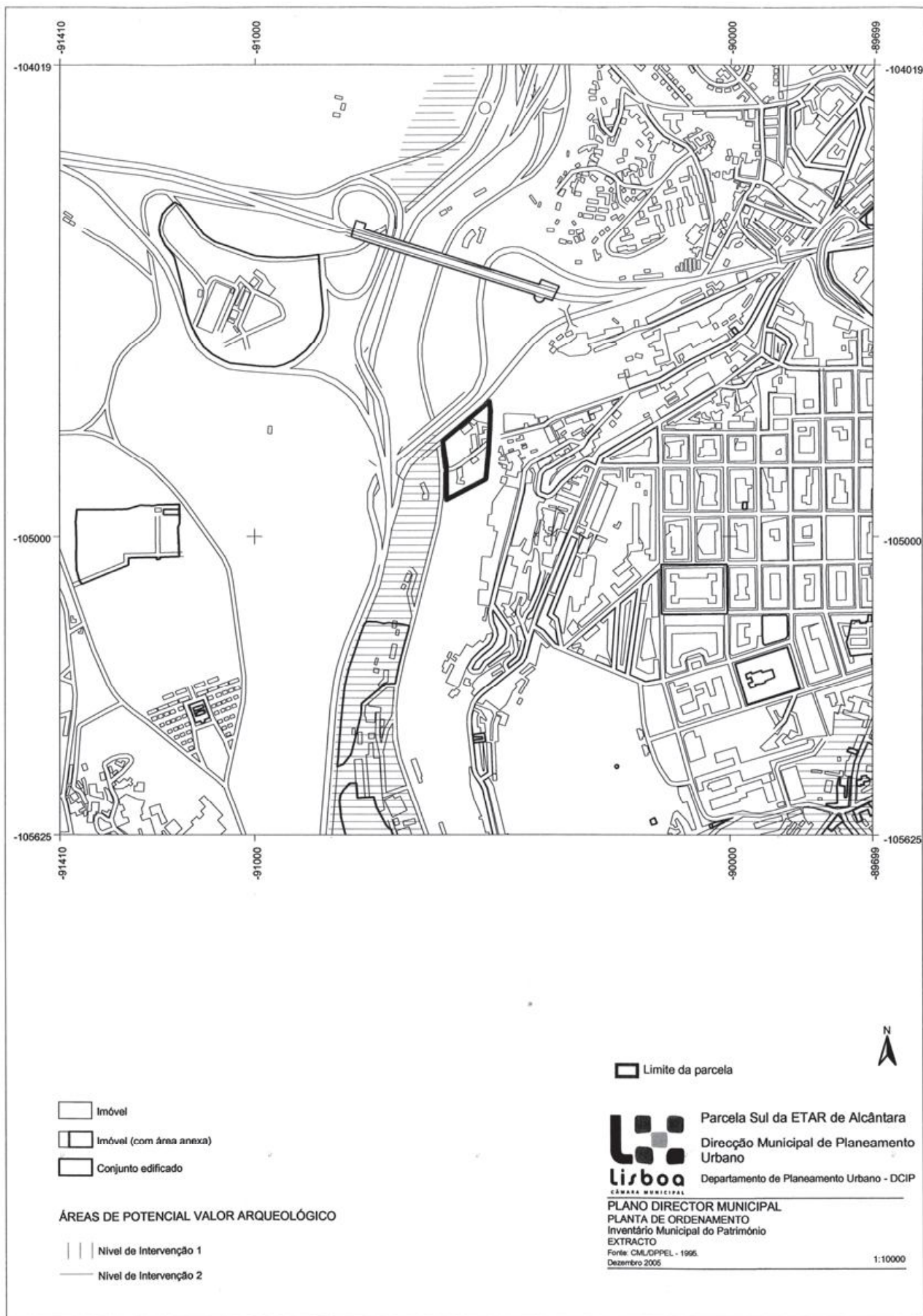


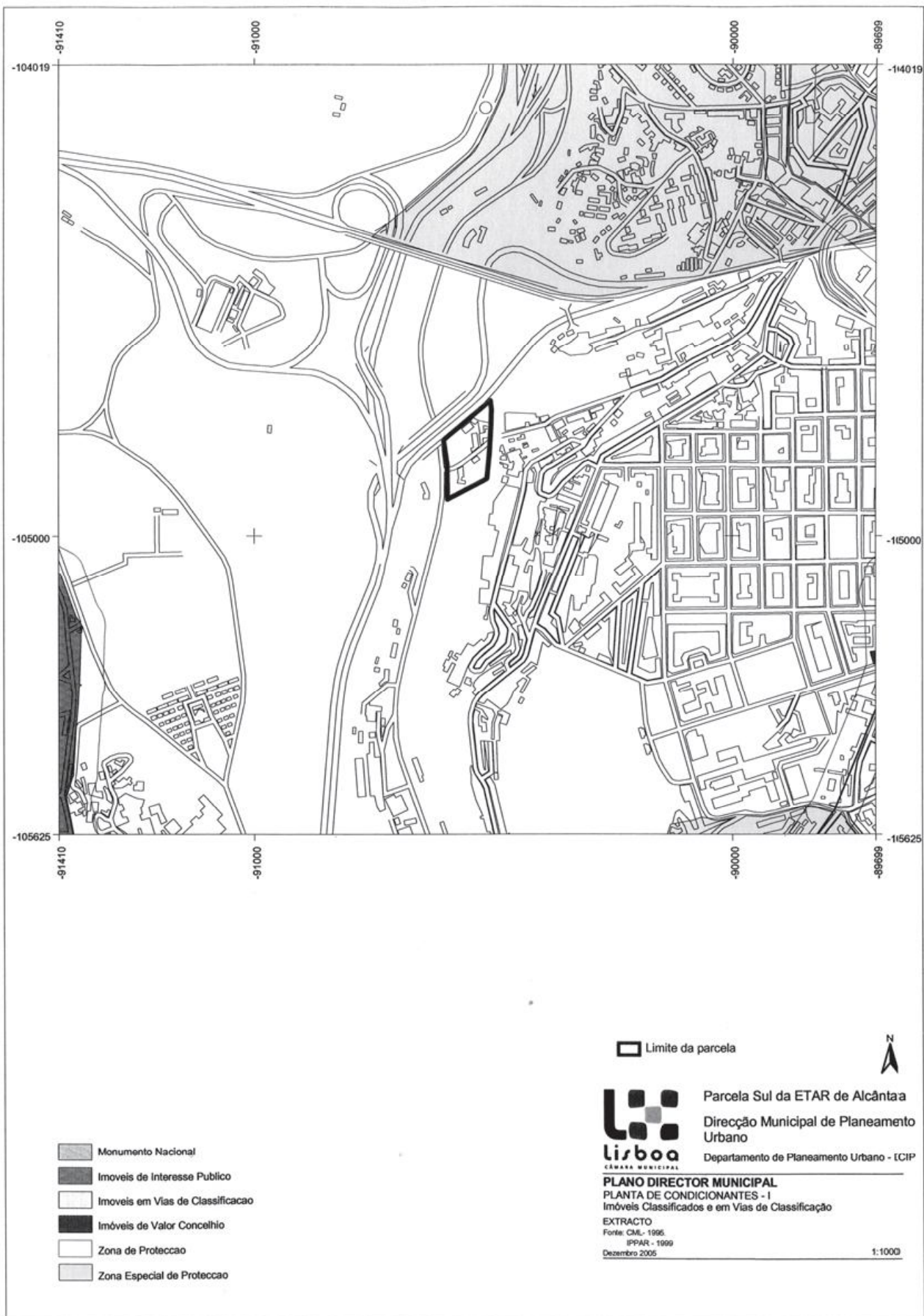














Z:æB?<

Os factos referidos, bem como os elementos anexos a esta carta, permitem evidenciar que os terrenos assinalados  
z m, r { Ä s-mun, nñ-qm, nñ -qÄqz Ämpm, z m, z { ÄÄm, om-Äm, ^ q r: Q OM = ?? = ; > < < ? 8, p q, = @ p q, V Q t { „ p q, > < < ? 8, Ä q-ó { „ Ä p { „ | { { Ä qzamente  
puÄ { z unuámp { Ä, | q m, C i y n m, Y Ç zuu | m, p q, X U Ä n { m, | n m, n y | x uñó { „ p m, Q M „ p q, „ M o i z Ä m m

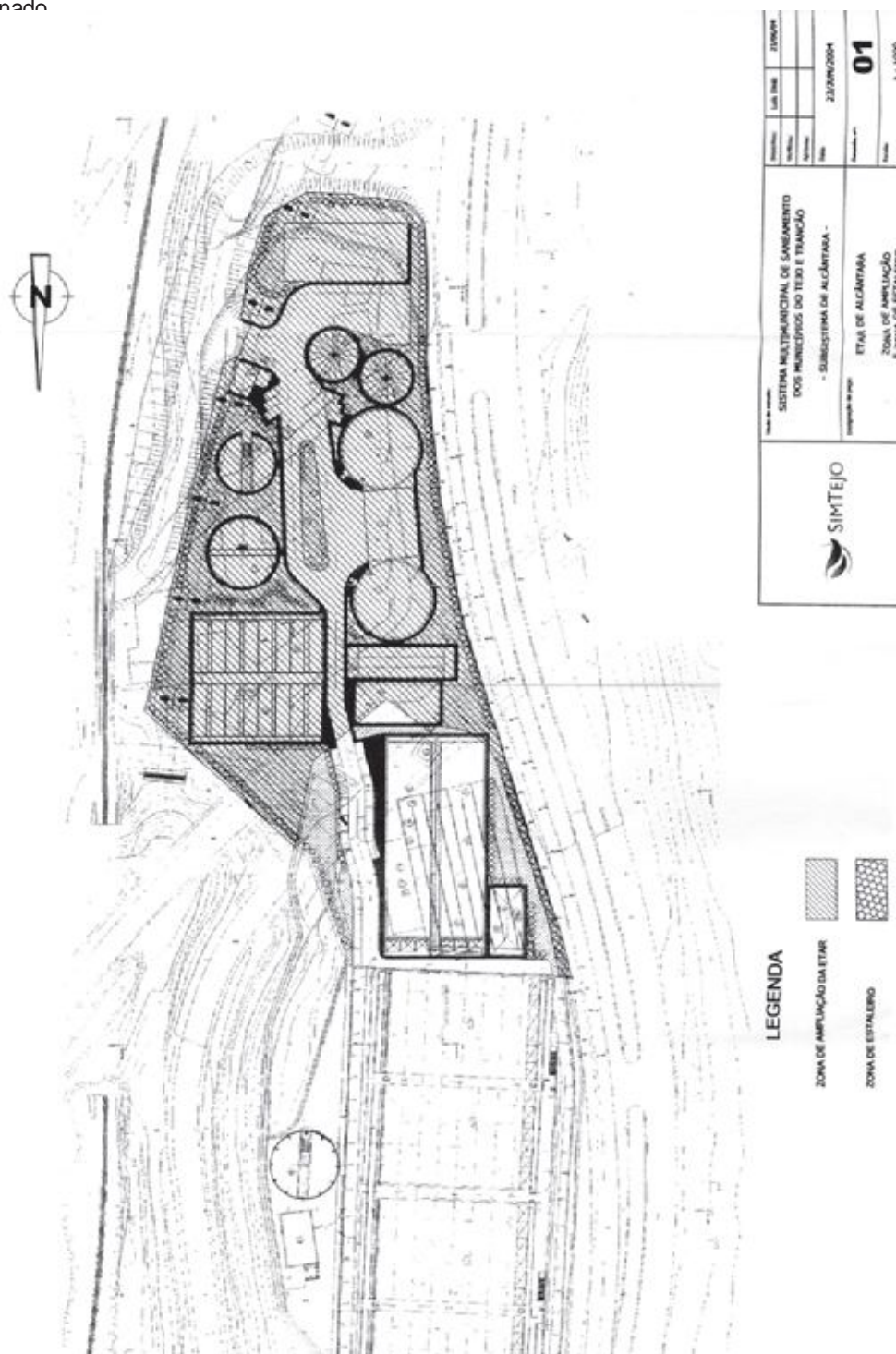
\_ { x u Ä n q Ä q, m Ä Ä y „ Ç q, { „ Ä- q { „ | m m, q Q n z Ä ó { „ p m, Q M „ Ä q m, r { - y m y q z Ä q, p u Ä { z unuámp { „ i „ \_ U Y ` Q M „ q, „ Ç q, { „ z q o q Ä Ä - u  
î „ y | x n z Ä nñó { „ p { „ q Ä Ä m q u { „ Ä q m, u Ç m y q z Ä q, p u Ä { z unuámp { „ z { Ä, Ä q- y { Ä, - q r q- u p { Ä, q y „ ? :

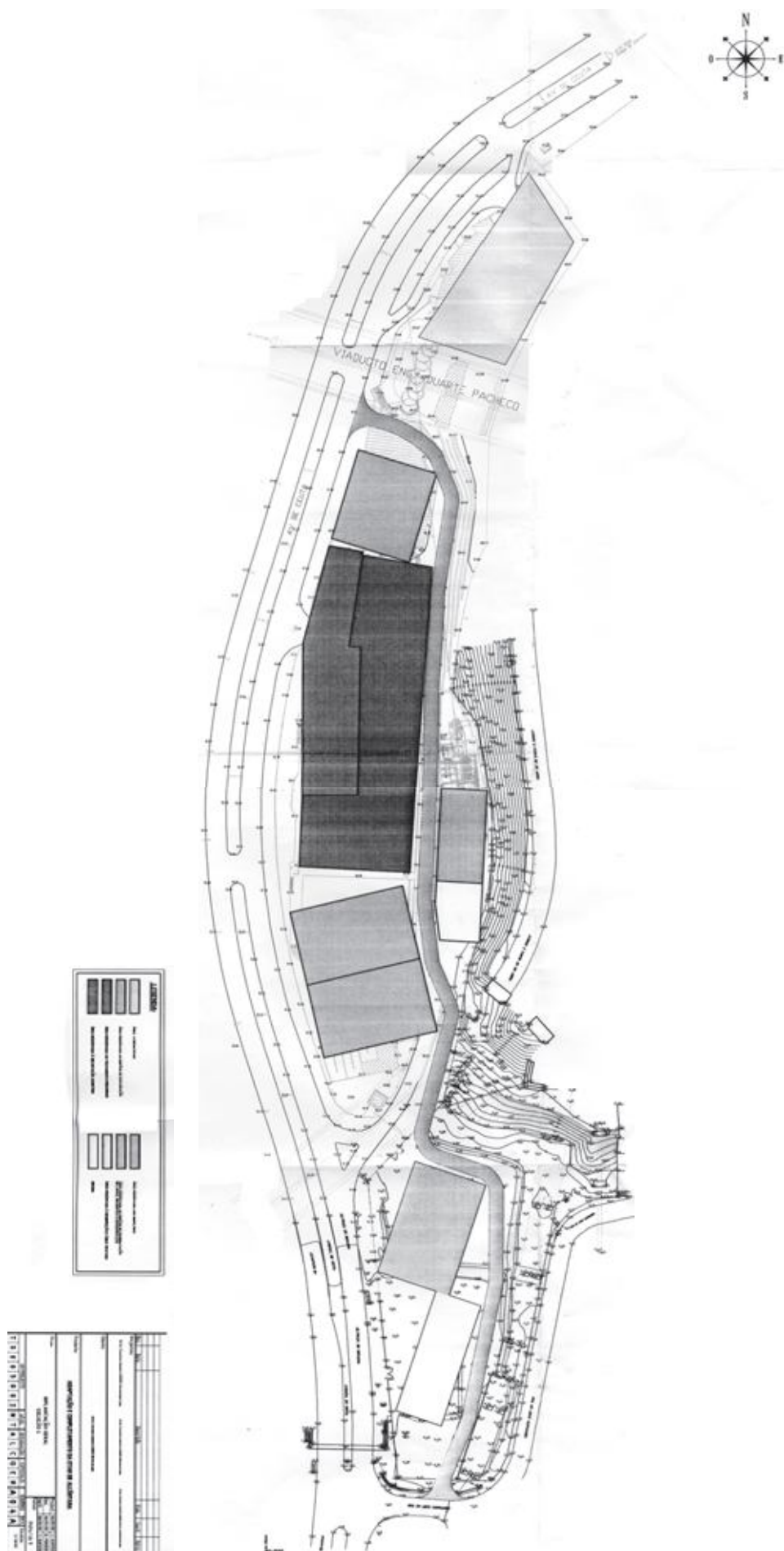
^ q r q- q Ä q 8 | { - , @ Ä y { 8 } Ç q, { Ä m Ä q o Ä Ä, - q r q- u p { Ä, - q Ä q m y 9 Ä q, u z p u Ä q z Ä Ä Ä q Ä p { „ | { z Ä „ p q, Ä Ä Ä m p { „ p q Ä q z Ä Ä y q z Ä „ dos trabalhos.  
\_ q y „ m, o { z r u y nñó { „ p m, i - q m, p u Ä { z Ä Ä q, z ó { „ | { p q- i „ u z u o m 9 Ä q, { „ p q Ä q z Ä Ä y q z Ä „ p { „ | - { v q o Ä :

O Administrador,

(a) M z Ä z u „ M, „ O - Ä q q m x, R- nñó {

Anexo: O mencionado





9Pqxunq-nôô{,,z:æ=>; MY ; ><<BF

Proposta

\_ { n,, | ~ { | { ÄÄ,pm,O{ z r q-ú z o u m,pq,^ q | ~ q Ä z Ä z Ä q Ä,pq, >,,pq,,Y m ô { ,,pq, ><<B8,Ä p m Ä,nÄ,MbÄÄ,q,,Pqxunq-nôô q Ä,m,Ä y m,,z { ,, \ x q z ì ~ u  
p m,MÄÄ q y n x q m,Y Ç z u u | n8,q Ä ö { ,,m, | m Ä,,p m, | ~ q Ä z Ä q,p m,n8,m | ~ Ä p m Ä,q y ,,y u z Ç Ä n8,z ó { ,,z q o q Ä Ä Ä n z p { ,,pq,,É Ä n ô ö { ,,o m Ä,,m,o m Ä :

(Aprovada por unanimidade.)

## Ofi Y M M, Y a Z U U M X

Pqxunq-nôô{

^ q Ç z u ö { ,,pq,,O i y m m,~ q m x ä m p m,q y ,, > >,,pq,,R q Ä q- q u { ,,pq,, ><<B

M,O i y m m,Y Ç z u u | n x,pq,,X u Ä n { n8,~ q Ç z u p m,z { ,,p u m, > >,,pq,,R q Ä q- q u { ,,pq,, ><<B8,pqxunq- { Ç,,m | ~ Ä m,,m,Ä q s Ç z Ä q,Y { ô ö { ,, } Ç q, l h e  
r { u, | ~ q Ä z Ä q,q,, } Ç q,Ä y { Ç,,m,r { ~ y m,pq,,Pqxunq-nôô { 8,o { y { ,,Ä q,Ä q s Ç q F

9Y { ô ö { ,,z:æ@ OY ; ><<B,9Subscrita pelo Vereador Pedro Feist:

M,O i y m m,Y Ç z u u | n x,pq,,X u Ä n { m,y n z u r q Ä Ä m,m,Ä Ç m,q Ä Ç | q m n ô ö { ,,q,u z p u s z n ô ö { ,,Ä n-q,m,m q s n p m,Ä z Ä Ä Ä Ä m,pq,, | ~ o Ç-m,,corromper  
Ç y ,,p { Ä,Ä q Ç Ä,b q-q m p { ~ q Ä8,~,,b q-q m p { ~,~ i ,,R q-z n z p q Ä8,q | Ç p u m,q Ä Ä m,Ä z Ä Ä Ä Ä m,q,y n z u r q Ä Ä m,m,Ä Ç m,Ä x p m u p n p q,n { ,,~ r. Vereador.

\_ q y ,, | ~ q Q ä { ,,p m s-n Ä p m p q,q,,~ q q Ä z o u m, } Ç q,q Ä Ä m,Ä Ä n ô ö { ,,~ q Ä q Ä q, | m m,m,O i y m m,Y Ç z u u | n x,pq,,X u Ä n { n8,o { z Ä p q-n8Ä e contudo  
} Ç q,o { y | q Ä q,i Ä,u z Ä Ä z o u m Ä, | ~ Ä | ~ u n Ä,n Ä q- u s Ç m,, { Ä,m o Ä Ä,q,,m | Ç-m,,n Ä,~ q Ä { z Ä m u p n p q Ä,o { y ,,m,y ì Ö y m,o q q- u p n p q:

(Aprovada por unanimidade.)

## **PUBLICAÇÕES** na **Toponímia de Lisboa**



### **Engenheiros na Toponímia de Lisboa**

Joaquim Moura Esteves  
Comissão Municipal  
de Toponímia, 1997

### **a Mulher na Toponímia de Lisboa**

Luis da Silveira Botelho  
Comissão Municipal  
de Toponímia, 1998

### **os Actores na Toponímia de Lisboa**

Mário Jacques e Silva Heitor  
Comissão Municipal  
de Toponímia, 2001

### **À venda na Livraria Municipal**

Av. da República n.º 21-A – 1050-185 Lisboa  
Telef. 21 353 05 22 Fax 21 315 94 69  
Horário: Dias úteis, das 9h às 18h Sábados, das 10h às 13h

Publica-se às 5.<sup>as</sup>-feiras

ISSN: 0873-0296 Depósito Legal n.º 76 213/94 Tiragem 800

Assinatura Semestral: € 58,24 Assinatura Anual: € 116,48

**Composto e Impresso na Imprensa Municipal**

Toda a correspondência relativa ao Boletim Municipal deve ser dirigida à CML - Divisão de Imprensa Municipal  
Estrada de Chelas, 101 – 1900-150 Lisboa Telef. 21 816 14 20 Fax 21 812 00 36 E-mail: imprensa.municipal@cm-lisboa.pt